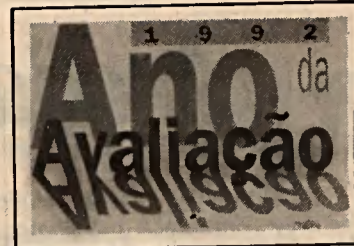




Jornal da UNESP



MARÇO/92

Universidade Estadual Paulista

ANO VII — N.º 61



A universidade vai se conhecer melhor em 92

Para analisar seu desempenho e traçar sua atuação futura, a UNESP definiu 92 como o Ano da Avaliação, programando vários eventos sobre o assunto. Nas págs. 3 e 4, a comunidade acadêmica aborda esse tema complexo.

Micro e pequenas empresas terão apoio

A UNESP vai dar apoio tecnológico aos micro e pequenos empresários do interior do Estado, através de um convênio que deverá ser assinado no dia 19 de março com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae). A proposta do convênio é oferecer um trabalho de consultoria aos micro e pequenos empresários, para que eles modernizem seus empreendimentos. Também será dado respaldo científico aos projetos desenvolvidos pelas empresas. Na universidade, deverão ser promovidos eventos e seminários com a participação de alunos e profissionais de cada setor.



OS RUMOS DA CIÊNCIA

Realizado nos dias 25 e 26 de fevereiro, o seminário Ciência e Tecnologia em Debate: Desafios e Perspectivas discutiu os problemas da área científica. Autoridades como Paul Dufour, do Conselho Científico do Canadá (foto), participaram do encontro, promovido pela UNESP, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Organização Universitária Interamericana.



O que fazem hoje os calouros de ontem

Andréa (foto) e outros três alunos falam de seu dia-a-dia nos estudos, o que fazem nas horas vagas e como é a vida longe de casa. Pág. 12



Lucia Lodi diz que a universidade corre risco

Em entrevista na pág. 5, a presidenta da Adunesp (foto) faz um balanço de sua gestão e diz que há uma campanha contra o ensino público.

Avaliação é tarefa inadiável

A idéia de que o ensino público superior deve submeter-se a um processo permanente de avaliação, com vistas ao seu contínuo aprimoramento e à sua progressiva adequação às demandas sociais cada vez mais complexas e diversificadas, é hoje consensual. Reconhece-se, igualmente, que a avaliação das universidades públicas por organismos externos a elas, especialmente quando se têm em conta os custos crescentes do ensino superior e a necessidade de se tirar o máximo proveito dos recursos nele investidos, constitui uma forma legítima de controle pela sociedade do uso das verbas públicas.

Contudo, se há consenso quanto à necessidade dessa avaliação, registram-se divergências profundas quanto às formas de operacionalização, quer da auto-avaliação, no âmbito das próprias universidades, quer da avaliação a ser realizada por órgãos externos a essas instituições. Tem-se a consciência de que os resultados do processo de avaliação acabarão por oferecer parâmetros para a distribuição dos recursos disponíveis entre as diferentes instituições, no caso da avaliação externa, ou pelos diferentes setores de uma mesma universidade, no caso da auto-avaliação, circunstância que faz da avaliação um instrumento de poder.

Há, portanto, da parte da comunidade universitária o fundamentado temor de que a avaliação externa, se confiada aos mesmos órgãos de governo responsáveis pela alocação de recursos, possa conduzir a interferências indevidas, a pressões e conseqüentemente ao cerceamento da autonomia acadêmica. Por outro lado, têm sido bem aceitas e amplamente reconhecidas, dentro e fora das universidades, as avaliações setoriais realizadas por pares, por intermédio de agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação, como por exemplo a CAPES, o CNPq e a FAPESP. O êxito dessas experiências indica a conveniência de se recorrer amplamente à avaliação por pares (peer review), como forma de se garantir a imprescindível participação da comunidade acadêmica e das associações científicas nos processos de avaliação externa do desempenho das universidades.

Outra questão que preocupa a Universidade, no caso da avaliação externa, é a da escolha dos indicadores de qualidade e de produtividade, tendo em vista a diversidade das instituições. Assim, na seleção de tais indicadores, é imperioso que se atente para as características próprias e a vocação de cada universidade, seu estágio de desenvolvimento, as peculiaridades de sua estrutura etc. É preciso levar em conta, por exemplo, que o alto custo dos hospitais universitários, decorrente de sua utilização para o atendimento do público em geral, pode provocar distorções graves quando incluído no cálculo do custo por aluno. No caso específico da UNESP, e pela mesma razão, será preciso considerar sempre o ônus para a instituição que advém de sua estrutura multicâmpus.

O número e a complexidade dos problemas que surgem quando se focaliza a questão da avaliação da universidade por órgãos externos a ela evidenciam a neces-



Ilustração: Céllus

sidade de uma reflexão profunda e urgente sobre o assunto. A propósito, é preciso ter em mente que, de uma forma ou de outra, e especialmente após a implantação do sistema de autonomia de gestão financeira, as universidades estaduais paulistas vêm sendo periodicamente avaliadas por ocasião da fixação do índice do ICMS correspondente aos respectivos orçamentos. Além disso, a própria Constituição do Estado de São Paulo prevê expressamente a "participação da sociedade, por meio de instâncias públicas externas à universidade, na avaliação do desempenho da gestão de recursos" e determina que tal forma de participação seja definida em lei. Pelas razões já expostas é absolutamente necessário, portanto, que as universidades participem ativamente dos estudos que deverão conduzir a tal definição.

O aprimoramento do processo de auto-avaliação, que já vem sendo realizado no âmbito de cada universidade, é também tarefa inadiável, até mesmo porque a avaliação externa deverá em grande parte apoiar-se nas informações oferecidas pelas próprias instituições.

Na UNESP, as bases institucionais de um processo de auto-avaliação, que possibilite a participação de toda a comunidade acadêmica, já se encontram precisamente definidas em seu Estatuto. A distribuição clara de responsabilidades pela condução do processo entre os departamentos, congregações e colegiados centrais oferece as necessárias garantias à democratização desse processo e à neutralização de posições corporativistas. É necessário, portanto, que os caminhos oferecidos pelo Estatuto sejam exaustivamente explorados. A comunidade acadêmica está altamente motivada para o estudo dessa questão e já vem participando ativamente de algumas experiências inovadoras, de âmbito setorial. É o caso, por exemplo, do processo de avaliação dos cursos de graduação, ainda em desenvolvimento, mas cujos bons resultados já começam a se fazer sentir.

A avaliação é portanto assunto de enorme relevância, cujo estudo em profundidade não pode mais ser adiado. Por todas essas razões, o ano de 1992 deverá ser para a comunidade acadêmica da UNESP o seu Ano da Avaliação.

SÍNTESE

Gessé Gerardi, do IGCE/Rio Claro, é o novo diretor-superintendente da Unesp. Ele assumiu as funções no dia 19 de fevereiro, em substituição a Fausto José Batista Domingues, cujo mandato se encerrara em dezembro. Também para um mandato de quatro anos, o conselho curador da Fundação conta com nove novos membros.

A "Folha" frustrou seus leitores ao publicar apenas o número de inscrição dos candidatos aprovados no vestibular da UNESP. O "Estadão", em compensação, ganhou a simpatia de muitos, pois escreveu nome por nome de todos os aprovados. Pais, avós, tios, primos, irmãos etc. também compram jornal para ver se o candidato da família foi aprovado.

O convênio a ser assinado, no dia 19 de março, entre a Universidade e o Sebrae (veja nota na primeira página) confirma a elevação do conceito e da credibilidade da UNESP junto à sociedade. Outros setores, ativos e progressistas, também vêm fazendo essa aproximação.

O Disque-UNESP, serviço inaugurado em 1990 para tirar dúvidas sobre o vestibular, fez sucesso entre os estudantes. Nos períodos de inscrição, realização de provas e divulgação das listas de chamada, entre outubro do ano passado e fevereiro de 1992, o serviço recebeu 3.404 ligações, contra os 2.412 telefonemas registrados entre 1990 e 1991. Isso representou um aumento de mais de 40% no número de chamadas.

O *Jornal da UNESP* deixou de circular durante os meses de janeiro e fevereiro, em função das medidas de contenção de gastos determinadas pela Reitoria. Porém, a equipe da Assessoria de Comunicação e Imprensa continuou em atividade, preparando novos projetos, a serem lançados durante 1992.

unesp 

Reitor: Paula Milton Barbosa Landim

Vice-reitor e pró-reitor de Administração e Desenvolvimento: Arthur Raquete de Macedo

Pró-reitor de Graduação: Antonia Cesar Perri de Carvalho

Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: Antonia Manoel das Santos Silva

Pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários: Carlos Ruggiera

Jornal da UNESP

Editor: André Lauzas

Redação: Denise Pellegrini Mantes, Marcela Burgas e Tânia Belickas

Editor de Arte: Celsa Pupa

Secretário de Redação: Viviane Fernandes

Produção: José Luiz Redini

Tiragem: 20 mil exemplares

Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborada mensalmente pela Assessoria de Comunicação e Imprensa. A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.

Endereço: Rua do Carmo, 44, 5º andar, CEP 01019, São Paulo, SP. Telefone 37-4479

Composição, fotolito e impressão: Imprensa Oficial do Estado S.A. — IMESP



A hora de pensar o que se faz

1992 é o Ano da Avaliação na UNESP e a Universidade prepara uma série de eventos para discutir o assunto. Nesta reportagem, autoridades, docentes e alunos abordam a avaliação universitária e falam do que já existe nesse campo

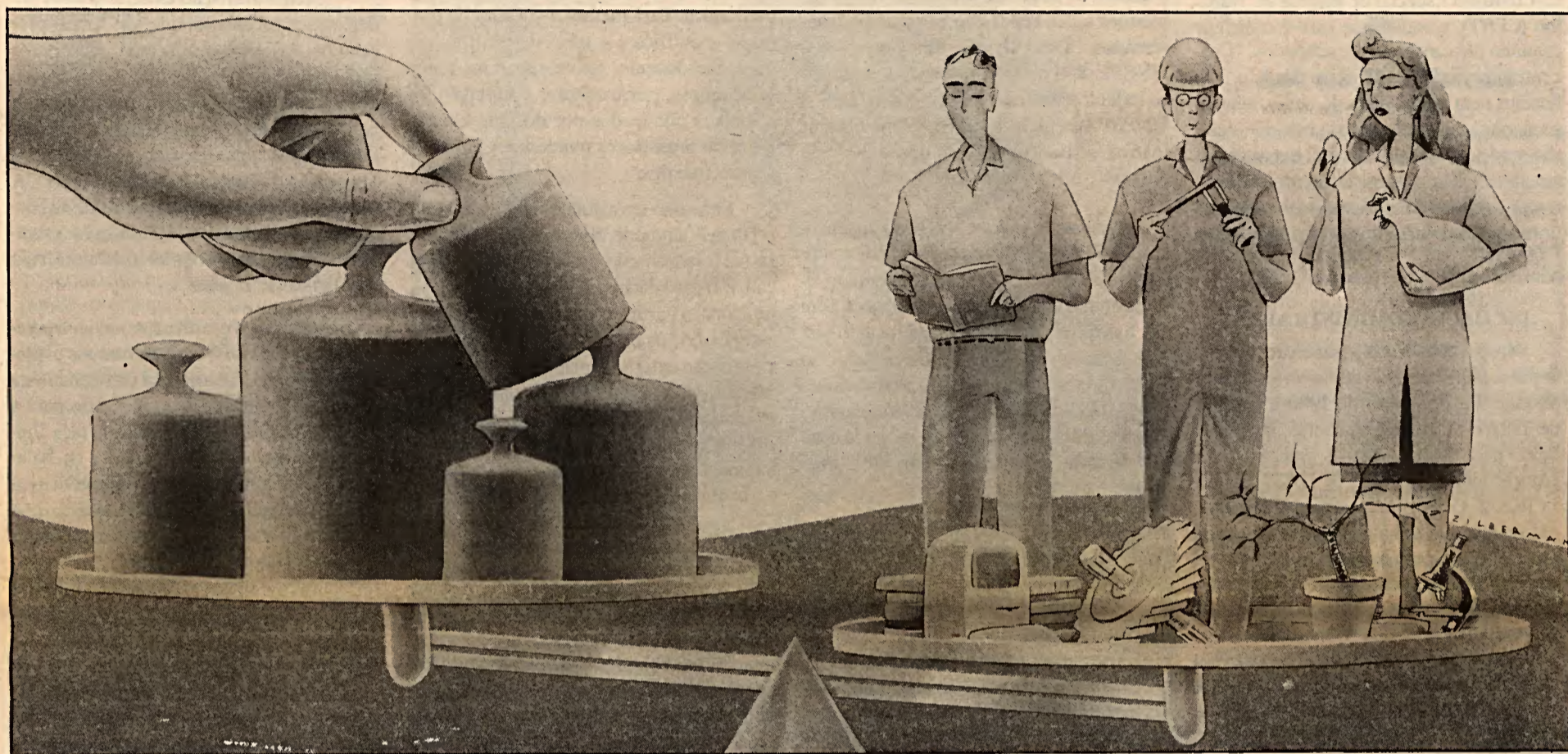


Ilustração: Paulo Zilberman

As universidades federais e estaduais estão preocupadas com seu desempenho. E não é à toa. O governo de São Paulo, assim como o federal, pretende fazer a distribuição de verbas de acordo com os índices de produtividade apresentados por cada instituição de nível superior. Para abocanhar uma fatia maior do orçamento, as universidades terão de provar que são eficientes. E não há outra saída: o jeito é avaliar. As três universidades paulistas — UNESP, USP e Unicamp — já estão engajadas nesse processo. A Secretaria de Ciência e Tecnologia deverá intermediar a discussão para tentar obter critérios semelhantes para as três universidades. “Queremos criar parâmetros para atribuir verbas às universidades que se mostrarem mais produtivas”, afirma Luís Carlos Delben Leite, secretário de Ciência e Tecnologia.

A UNESP elegeu 92 como o Ano da Avaliação e pretende promover uma série de atividades para debater o assunto. “Precisamos saber para onde queremos ir”, observa o professor Paulo Milton Barbosa Landim, reitor da UNESP. Mas para que a iniciativa tenha sucesso, a universidade pre-



cisa dispor de requisitos mínimos, como um banco de dados confiável e indicadores que possam avaliar a quantidade e a qualidade da produção acadêmica. E aí começam os problemas. Questões como critérios de avaliação, quem e o que deve ser avaliado levantam acirradas polêmicas. “A avaliação não é um processo inquisitorial e precisa da colaboração de toda a comunidade universitária”, explica o professor Arthur Roquete de Macedo, vice-reitor e pró-reitor de Administração e Desenvolvimento.

Mas esse tema inquieta os docentes. A observação é da professora Lúcia Lodi, presidenta da Associação de Docentes da UNESP (Adunesp), que considera importante a realização da avaliação, mas acha que o desempenho não pode estar vinculado à distribuição orçamentária. “A avaliação tem de ser uma correção de trajetória e não uma

premiação”, diz ela. Ainda no primeiro semestre, a Adunesp quer publicar um caderno com reflexões sobre o assunto. Mas Lúcia já adianta que os indicadores de produtividade têm de fugir de critérios quantitativos. “É preciso levar em conta a história de cada departamento e as condições de trabalho do professor”, lembra ela.

CULTURA AVALIATIVA

Na opinião do professor Antonio Cesar Perri de Carvalho, pró-reitor de Graduação, o que falta na universidade é uma cultura avaliativa. “A comunidade precisa se conscientizar de que a auto-avaliação não está relacionada apenas ao desempenho do docente”, conta ele. Segundo o professor, a proposta é refletir o currículo e melhorar a qualidade de ensino. Nesse sentido, o professor Perri garante que a UNESP vem somando experiências interessantes na área de avaliação. Desde que foi implantado o projeto de avaliação dos 81 cursos de graduação em 1990, 59 já foram auto-avaliados. A participação de professores, alunos e funcionários no projeto foi conseqüência, segundo o professor, da total liberdade dada na elaboração de critérios. “Não estipulei fórmulas”, conta ele. “Apenas distribuí as várias propostas pelas unidades da UNESP”

A professora Maria Valéria Barbosa, que foi coordenadora do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) de Marília, está satisfeita com os resultados da auto-avaliação apresentados no ano passado. “O curso virou de ponta cabeça”, comenta ela. “Agora ele tem um enfoque mais prático.” Na concepção da professora, a avaliação busca superar as falhas e dar mais responsabilidade ao docente. O aluno Máximo Francisco Morel, que cursa o 4º ano de Biologia do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce) de São José do Rio Preto, concorda com isso. Ele acredita que a avaliação não é para crucificar o professor. “Mas avaliar o seu desempenho na sala de aula e ver o que está errado”, diz ele, que participou do Conselho de Avaliação do curso (veja matéria na próxima página).

“Ninguém quer executar o professor”, enfatiza o professor Carlos Vogt, reitor da Unicamp. Desde abril de 90, a Unicamp deflagrou um amplo projeto de avaliação para analisar o desempenho da universidade. Os resultados foram significativos. Hoje os 2.082 professores da Unicamp elaboram relatórios padronizados de suas atividades, são obrigados a se doutorar num prazo de quatro anos e a avaliação do docente é feita na ▶▶

► sala de aula pelos alunos. "No próximo ano faremos a avaliação externa e vamos estabelecer critérios voltados mais para a qualidade dos trabalhos, visando uma futura distribuição orçamentária", promete o professor Vogt.

A USP já encontrou sua fórmula de avaliar. A atuação individual não está em primeiro plano. "Queremos avaliar o desempenho do departamento", declara o reitor, professor Roberto Leal Lobo e Silva Filho. Um dos encarregados do projeto de avaliação, o professor Franco Lajolo, presidente da Comissão Especial de Regime de Trabalho (CERT), acredita que esse é o melhor caminho para analisar o desempenho. "Concentrando a análise no departamento, não ficamos nem muito longe do aluno, nem do professor", afirma ele. Ainda este ano deverá ter início a avaliação de 200 departamentos da USP. O professor Lobo pretende entregar os dados da auto-avaliação nas mãos de consultores externos. "Mas esse é um processo lento e os critérios precisam também ser criticados", observa.

INCHAÇO ADMINISTRATIVO

Mesmo com dados preliminares da avaliação, a USP realizou alguns cortes no ano passado. De dezembro de 1990 a outubro de 1991 o quadro de docentes passou de 5.569 para 5.429. Entre os funcionários a redução foi mais drástica: de 17.837 caiu para 16.872. O reitor fez questão de ressaltar, entretanto, que a diminuição do número de funcionários e professores foi consequência também de pedidos de demissão e aposentadoria. "Só dispensamos quando havia superposição de tarefas", explica ele. Uma portaria de janeiro do ano passado bloqueou as contratações para reposição de cargos. "E ainda há setores na administração que

estão inchados", admite o professor.

Para o professor Arthur, a UNESP tem alguns "inchaços localizados". "Em vez de cortes, o ideal é fazer o remanejamento interno de funcionários dentro de uma mesma unidade e evitar novas contratações", propõe o vice-reitor. Ele adverte, porém, que isso deve ser feito depois de uma avaliação da execução orçamentária das unidades e da descentralização administrativa. O técnico Kunitomo Watanabe, assessor da Reitoria, sugere como alternativa para diminuir o quadro de funcionários sem provocar demissões a não reposição da vaga dos aposentados. Dos 11.500 funcionários da UNESP, 800 estão aposentados. Segundo os cálculos do técnico, até o ano 2000 a UNESP terá mais de três mil funcionários inativos. "Isso representa quase 30% do pessoal", afirma Watanabe.

Atualmente, cerca de 90% do orçamento da UNESP é gasto com o pagamento de funcionários, um percentual considerado alto na opinião de Watanabe. De acordo com ele, a divisão orçamentária é feita ainda de uma forma grosseira, baseada no total do número de alunos, professores e funcionários. "Ainda não temos um esboço do sistema de custos, nem o retorno de onde e no que foi gasto o dinheiro", conta ele. "Precisamos de informação."

Para atingir esse objetivo, a UNESP quer se conhecer em números. Mesmo sem ter ainda um Anuário Estatístico atualizado, a Secretaria Geral está elaborando um formulário único, de 46 páginas, onde se pretende registrar, em disquetes, a vida do docente dentro da universidade. "É uma forma de racionalizar o sistema com uma úni-

ca base de consulta de dados, para se fazer posteriormente a avaliação da universidade", explica Maria Cecília Coutinho Rocha, assistente técnica da Secretaria.

INDICADORES

Para que se possa falar em auto-avaliação e avaliação externa é necessário desenvolver alguns indicadores. Com esse objetivo, existe uma proposta elaborada pela Assessoria de Planejamento Estratégico da Reitoria onde estão definidos alguns critérios que poderão quantificar a produção acadêmica. Para melhorar o índice de produção científica e o nível de qualificação do corpo docente, foram sugeridos como indicadores, por exemplo, a titulação, os trabalhos publicados por docente e o número de professores ponderados por regime de trabalho.

Enquanto em algumas áreas da UNESP o clima é ainda de discussão, em outras já se faz a reavaliação do processo de avaliação. É o caso da área de pós-graduação, que funciona a partir de um sistema informatizado e onde os processos de auto-avaliação e avaliação externa funcionam de forma integrada. "Todos que ingressam na pós-graduação sabem que serão avaliados", afirma o professor Antonio Manoel dos Santos Silva, pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa.

Os 74 cursos de Pós-Graduação passam por uma análise constante. De acordo com o professor Antonio Manoel, são feitas duas avaliações por ano pelos Conselhos de Curso, com a participação de professores e alunos, baseadas em indicadores de produtividade desenvolvidos pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal

de Nível Superior (CAPES). É feita a análise do corpo docente, da estrutura curricular do curso, da produção apresentada por professores e alunos e das atividades desenvolvidas durante o semestre ou ano. Além disso, uma terceira auto-avaliação é realizada a cada dois anos pelos coordenadores de Pós-Graduação das áreas de Exatas, Biológicas e Humanas. Os cursos são ainda submetidos à avaliação da CAPES, a cada dois anos, segundo conceitos que variam de A (ótimo) a E (ruim).

"Com a avaliação externa podem ser detectados problemas que não foram percebidos nas auto-avaliações", observa o pró-reitor. Segundo ele, 76,3% dos cursos de pós-graduação da UNESP receberam conceitos A e B. A universidade que tem as melhores notas da Coordenadoria é a Universidade Federal de Minas Gerais. "A Pró-Reitoria de pós-graduação da UFMG desenvolveu um sistema de avaliação exemplar", diz o professor Antonio Manoel (veja matéria nesta página).

Preocupado em divulgar todo o conhecimento produzido em seu campo, o professor Antonio Manoel está empenhado na tradução do Guia de Auto-Avaliação para a área de Pós-Graduação, publicado pela Universidade Ibero-Americana (UIP), de Salamanca, na Espanha. A UNESP participou no ano passado da elaboração do livro, que envolveu outras noventa universidades de língua espanhola e portuguesa. No segundo semestre o professor pretende promover um simpósio de avaliação dos cursos de seu setor, no qual os trabalhos apresentados deverão se pautar pelas informações do guia.

Tânia Belickas

Cursos se auto-avaliam

Um projeto de auto-avaliação provocou mudanças significativas em alguns cursos de graduação da UNESP. Um dos trabalhos mais extensos foi realizado pelo curso de Medicina da Faculdade de Medicina (FM) do campus de Botucatu. O objetivo inicial foi traçar o perfil do médico que a universidade pretende formar na próxima década. Com questionários distribuídos entre ex-alunos, alunos e docentes, já se sabe, por exemplo, que o perfil do médico recém-graduado pela faculdade deve ser de clínico geral e que o curso precisa passar por uma reforma curricular, com uma integração maior entre os cursos básico e aplicado.

"A reestruturação do ensino é uma contingência na medicina, frente ao acelerado desenvolvimento científico e tecnológico e às necessidades de saúde da população", afirma a professora Maria Aparecida Marchesan Rodrigues, chefe em exercício do Departamento de Patologia e coordenadora do projeto. No final de 1990, 355 alunos do primeiro ao sexto ano foram ouvidos através de questionários sobre o conteúdo das disciplinas, qualidade das aulas, dos docentes e o sistema de avaliação. Um trabalho de maior fôlego foi realizado entre março e abril de 1989 com 245 ex-alunos. O resultado das duas enquetes foi semelhante. "Eles pedem uma integração do currículo em cinco grandes áreas médicas e ampliação das práticas médicas para além do hospital-escola", revela a professora Tânia Kuiz, do Departamento de

Medicina Legal e Medicina em Saúde Pública da FM.

A aluna Sílvia Alves da Costa, residente em psiquiatria e que participou dos conselhos de avaliação, acha importante que os alunos façam seu aprendizado em centros de saúde da região. "Nossa formação fica muito limitada ao hospital-escola", reclama. Outra crítica que faz é a fragmentação do curso. "O médico tem de ser formado para dar uma assistência geral ao paciente", enfatiza. Segundo a professora Tânia, a reestruturação do currículo deverá ficar pronta em 1993.

A queda na procura de alunos teve o curso de Ciências Biológicas do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce) de São José do Rio Preto a uma reformulação. Houve uma alteração do currículo com a redução do número de créditos e, como consequência, aumentou a demanda de alunos. Mas para melhorar ainda mais o curso, o aluno Máximo Francisco Morel, do quarto ano de Biologia, acredita que é necessária uma integração maior entre a universidade e a comunidade. "O laboratório de Biologia poderia ser aberto ao público e teríamos condições de fazer pesquisa para a Prefeitura", exemplifica. Para dar continuidade ao projeto de auto-avaliação, a proposta do professor Perri é que todos os cursos tenham um projeto pedagógico, com o perfil do docente, análise do mercado e avaliação do currículo.

(T.B.)

UFMG: trabalho exemplar

A pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) mudou. "Mas para melhor", garante a professora Ana Lúcia Almeida Gazolla, pró-reitora da área. Na última avaliação realizada pela CAPES, 94% dos 35 cursos da área tiveram notas A e B. "Esse índice está acima da média das universidades brasileiras", afirma ela satisfeita. Esses resultados foram obtidos depois que foi implementado um projeto de avaliação, entre agosto de 1987 e dezembro de 89, que reestruturou a pós-graduação, com o fechamento de alguns cursos, descredenciamento de docentes e mudanças curriculares. "Todas as medidas foram tomadas tendo por base a avaliação de consultores externos", ressalta a professora.

O primeiro passo do projeto foi a montagem de um dossiê de cada curso, com uma abordagem do seu desenvolvimento histórico. Em seguida, foram elaborados formulários de auto-avaliação dos cursos, com um levantamento completo sobre a qualificação, dedicação e produção do corpo docente. Os alunos também foram analisados. A Pró-Reitoria de Pós-Graduação montou um quadro estatístico com o fluxo de entrada e saída dos alunos nos últimos dez anos. Para avaliar a produção discente, foram enviadas a sessenta consultores externos as três últimas teses de doutorado e as cinco últimas dissertações de mestrado defendidas em cada curso. "Queríamos comparar a trajetória do curso em relação a outras áreas de

conhecimento do País", explica Ana Lúcia.

Todos os dados foram analisados por uma comissão de seis membros da universidade — batizada de "superegos" —, que não exerciam funções administrativas na pós-graduação e tinham experiência como consultores externos de outras instituições. "É uma forma de buscar uma visão mais distanciada e global do curso", diz ela. Além disso, foram entrevistados os coordenadores de curso e utilizadas as avaliações feitas pela CAPES, a partir de 1978. O resultado dessas análises foi publicado no livro Avaliação da Pós-Graduação da UFMG — 1987-1989, que está servindo como uma espécie de manual de orientação para outras universidades brasileiras.

A professora destaca pontos importantes apreendidos durante esse processo. Em primeiro lugar, ela afirma que não se pode trabalhar com a questão individual. "A produtividade se mede em equipe", diz. As estatísticas da produção acadêmica não podem ser deixadas de lado. "Atrás de dados quantitativos existem indicadores de qualidade", afirma. Mas a professora adverte que não se deve analisar nenhum indicador isoladamente. Outra condição imprescindível para o sucesso da avaliação é a motivação interna. "Nenhum processo será aceito pela comunidade se não houver a participação democrática e crítica de todos os setores", conclui.

(T.B.)



Em defesa do ensino público

Para Lucia Lodi, presidenta da Adunesp, universidade enfrenta várias ameaças

Em maio próximo terminará o segundo mandato da professora Lucia Lodi como presidenta da Adunesp. Nesta entrevista, ela faz um balanço do que aconteceu de mais importante na sua gestão e destaca a transformação de sua entidade em sindicato. Na sua opinião, é preciso enfrentar a política do governo federal para a educação e defender, entre outras coisas, os avanços contidos no projeto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em discussão em Brasília. Lodi elogia o diálogo existente entre o Cruesp e as seis entidades representativas dos professores e funcionários das universidades paulistas. Porém, aponta os pontos problemáticos das negociações e acentua que a administração universitária não está tomando as medidas apropriadas para resolver a atual crise financeira.

Balanço da gestão

"Nestes últimos anos, a Adunesp aumentou seu quadro de associados e fortaleceu sua presença nos vários câmpus. Há sérios problemas de organização nas unidades, mas houve um progresso inegável nesse setor. Nossa preocupação é agir não só no âmbito universitário mas também encaminhar nossas reivindicações em nível externo. Por exemplo, além das negociações junto ao Cruesp, temos pressionado o Poder Legislativo e o Executivo, sempre que necessário, para defender os interesses universitários. Estamos filiados à Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, a Andes, e dessa forma nos mantemos ligados a outras entidades que representam os professores de todo o país. Essa organização permite que nossa atuação perca o caráter corporativista. Tratamos de questões específicas, ao mesmo tempo que enfrentamos problemas mais gerais, como a política federal para a educação e a saúde. De qualquer maneira, o aspecto mais importante da nossa gestão, do ponto de vista político, foi a transformação da nossa entidade em sindicato. A decisão política já foi tomada e estamos agora na fase jurídica, providenciando o registro como sindicato. Isso permitirá a utilização de instrumentos legais como o dissídio coletivo, por exemplo. Estamos também organizando um setor jurídico na Adunesp. É um desafio, que se amplia por problemas como a dispersão da UNESP pelo Estado, mas a demanda que temos sentido superou nossas expectativas."

Reivindicações dos professores

"A questão salarial continua sendo fundamental e hoje se torna mais significativa, por causa do atraso no pagamento do 13º salário e das férias. Acrescente-se a isso que já no primeiro salário do ano o reajuste não



Helcio Toth

repôs a inflação do mês de dezembro, ou seja, começamos 1992 com perda salarial. Considero muito positiva a institucionalização dos encontros do Cruesp com o fórum das entidades de docentes e funcionários para discussão da política salarial. Mas as discussões têm sido exaustivas e, no intervalo entre as reuniões, o que ficou acertado nem sempre é cumprido. No último encontro de dezembro, ficou claro para nós que teríamos até abril reajustes mensais no mínimo iguais ao aumento da inflação do mês anterior medido pela Fipe. Porém, na reunião de janeiro, foi estabelecido que o aumento seria de 15%, quando a inflação registrada em dezembro chegou a 23,25%. Outro problema que precisa ser resolvido é a instalação de um serviço de saúde na UNESP. Os trabalhadores da Universidade estão preocupados, já que o Serviço Unificado de Saúde, o SUS, não tem um atendimento com o mesmo padrão que havia na época do IAMSPE."

Ameaça à universidade

"A situação atual envolve problemas muito graves. Em primeiro lugar, temos que enfrentar a política do governo federal, que é de acabar com as instituições públicas e, em particular, com as universidades. E essa postura do governo se insere numa tendência mais geral, que envolve interesses poderosos. Está aí o relatório do Banco Mundial, que conclui que o ensino brasileiro é o mais caro do mundo. Ao mesmo tempo, o FMI propõe a privatização do sistema universitário público. Outra questão é a nossa crise orçamentária. O pior é que estamos com dificuldade de conscientizar o conjunto da universidade sobre a gravidade do problema. A administração universitária continua na sua rotina, como se os recursos fossem ilimitados. Deve ser feita uma política austera e com maior racionalização, para simplificar a dinâmica administrativa da Univer-

sidade. Metade do ritual burocrático poderia ser suprimido, poupando tempo e recursos materiais para as atividades de ensino, pesquisa e extensão."

Lei de Diretrizes e Bases

"Temos críticas a vários aspectos do projeto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), porém é inegável que ele significa um avanço para o sistema de ensino do país. O projeto foi amplamente discutido, por várias entidades representativas da sociedade civil, como o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, a OAB, a ABI e a CUT. A LDB vai estabelecer os fundamentos sobre os quais se assentará todo o sistema educacional brasileiro, do ensino fundamental ao superior. Hoje, há leis específicas para os vários níveis de ensino, o que explica o caos que estamos vivendo. Entre os pontos positivos da LDB está a garantia de que os recursos governamentais sejam destinados ao ensino público. Outros itens importantes da proposta são a gestão democrática nas instituições públicas de ensino, o Plano de Carreira e o piso salarial. Há ainda a liberdade de organização dos trabalhadores das instituições privadas, que vivem hoje uma autêntica barbárie em termos de relações trabalhistas. No entanto, a situação atual no Congresso Federal é a mais preocupante possível. O presidente, o relator e o secretário da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, onde o projeto está em estudo, são deputados do PDS e PFL. Esses partidos se colocam como opositores dos principais aspectos da proposta e o risco de que ela seja descaracterizada é bastante grande. Foram apresentadas 1.236 emendas a um projeto que tem 175 artigos, o que pode tornar o texto final uma colcha de retalhos. Existe até um projeto substitutivo, que na verdade contempla os interesses da iniciativa privada na educação. Por outro lado, em nível de São Paulo, questões importantes como a Lei Orgânica do Ensino Superior, que vai definir o funcionamento das nossas universidades, não entraram ainda em pauta na Assembléia Legislativa. Na mesma situação está a proposta de Regime Jurídico Único. Em outros Estados, esse projeto, que reorganiza a situação do funcionalismo, já foi aprovado."

Universidade e sociedade

"O grande desafio para a Universidade é estabelecer uma relação viva com a sociedade. Hoje, esse relacionamento é feito prioritariamente com setores empresariais e não com a maioria da população. De qualquer forma, é preciso reconhecer que atualmente a UNESP tem a preocupação de se aproximar das administrações públicas, o que aumenta as possibilidades de colaboração com o conjunto da sociedade."

O trabalho das comissões avança

Já terminou o estudo do Plano atual e a análise do novo projeto deve cumprir prazo

O ano de 1992 começou com muito trabalho, tanto para a comissão encarregada de estudar o Plano de Carreira atual, como para a comissão que se debruça sobre o novo Plano. Com a responsabilidade de analisar e propor soluções para os problemas do sistema que hoje rege a vida dos funcionários, a primeira equipe se reuniu até o final de fevereiro, para concluir suas tarefas. "Nosso trabalho vai adequar a situação para a implantação do novo plano", argumenta Paulo Cesar Razuk, vice-diretor da Faculdade de Engenharia e Tecnologia de Bauru. Razuk é o coordenador da comissão do Plano atual, que, para funcionar com mais agilidade, se dividiu em três subcomissões: a de estudo dos desvios de função, a de correção de distorções e a de avaliação e reavaliação de mérito.

As subcomissões de reavaliação/avaliação e de correção de distorções terminaram suas atividades na primeira semana de fevereiro, uma semana antes do prazo previsto (dia 10). O resultado dos trabalhos foi condensado num relatório entregue à Pró-Reitoria de Administração e Desenvolvimento (PRAD), onde as conclusões estão sendo examinadas. Na área de avaliação e reavaliação, a equipe apontou sugestões sobre o que e como deve ser pontuado, abordando itens como experiência profissional, escolaridade, estágios e cursos e participação em órgãos colegiados. Para elaborar suas propostas, essa subcomissão levou em conta problemas apontados pela comunidade e órgãos de Recursos Humanos da UNESP.

A mesma preocupação ocorreu na subcomissão das distorções. Seu relator, Luiz Roberto Furlan, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) de Botucatu, assinala que também foram feitos estudos dos enquadramentos na carreira, através de uma checagem com auxílio de computador. De acordo com Furlan, as análises mostraram que a maior parte das distorções apontadas à equipe não era procedente. "Na minha unidade, por exemplo, dizia-se que muitas pessoas haviam tido uma ascensão muito rápida", lembra ele. "Após a checagem, verificamos que isso ocorreu em apenas 10% dos casos." Em relação às distorções confirmadas, a subcomissão sugeriu no relatório as devidas correções, como a reavaliação dos recursos que ainda não foram submetidos à análise de mérito.

BOA AVALIAÇÃO

A terceira subcomissão, a de estudo dos desvios de função, previa concluir suas atividades até o final de fevereiro, quando também enviaria um relatório à PRAD. Reforçada por membros das outras duas subcomissões, a equipe examinou cerca de 200 processos, envolvendo problemas como o de escriturários que desenvolvem a função de secretário. Wisley José de Andrade, representante dos funcionários do câmpus de Guaratinguetá no Conselho Universitário e membro da subcomissão, acer tua que o grupo estudou desvios ocorridos até setembro de 1989. "Resgatamos quatro anos sem qualquer avaliação, sem progressões na carreira", assinala ele. Embora não adiante detalhes do trabalho e resalte que a palavra final sobre os resultados cabe à PRAD, Wisley garante: "Temos que levar em conta o impacto das reavaliações sobre a folha de pagamento. Porém, quem desempenhou bem suas funções será bem avaliado".

Analisando os relatórios que recebeu, o vice-reitor e pró-reitor de Administração e Desenvolvimento, professor Arthur Roquete de Macedo, assegura que a Reitoria deverá iniciar um processo de reavaliação e correção das distorções ocorridas no Plano hoje em vigor, a partir dos estudos e propostas feitas pelas comissões. "Es-



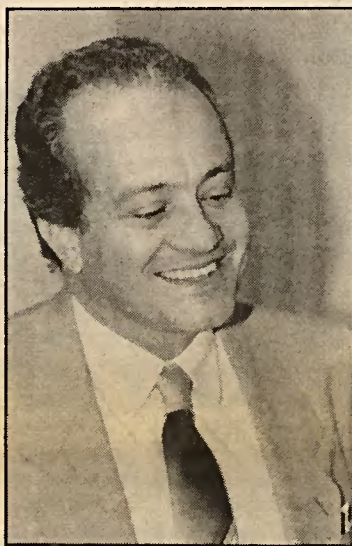
Marcia Minillo

Scavacini: reuniões da equipe estão obtendo resultados rápidos



Adriana Zebrowskas

Marisa: por critérios transparentes



Helcio Toth

Razuk: situação já adequada

se processo terá início tão logo o magnífico reitor aprove a proposta apresentada", declara. O vice-reitor elogia o desempenho das duas comissões — formadas por representantes dos mais variados setores da UNESP. "E, a continuar a linha de atuação até o momento colocada em

prática, a Universidade terá um Plano de Carreira que atenda suas necessidades e que possibilite uma justa compensação ao trabalho realizado pelos funcionários", afirma.

Com prazo para cumprir suas tarefas até maio, a comissão do Plano novo deverá finali-

zar os trabalhos sem atrasos, segundo assegura Antonio Sérgio Scavacini, que dirige as atividades do grupo. "Estamos obtendo resultados rápidos", justifica (veja quadro nesta página). Representante da Comissão Local de Avaliação (CLA) de Assis na comissão, Maria de Fátima Dalbem Ferreira tem uma opinião positiva do Plano novo, mas acha que há aspectos em que ele deve ser aprimorado: "Vamos ver até que ponto poderemos alterá-lo", diz. Maria de Fátima acha importante a aproximação das CLAs com a CRH, propiciada pelas discussões na comissão. "Essa é uma maneira de o setor de Recursos Humanos das unidades ser mais reconhecido", acentua.

PLANO E PODER

O professor Candido Vieitez, que na comissão representa a Associação dos Docentes da UNESP (Adunesp), considera o Plano novo um projeto tecnicamente competente. No entanto, Vieitez prefere ressaltar suas implicações políticas: "Se ficar como está, ele contribui para fortalecer os aspectos concentradores de poder na Universidade", acentua. O docente considera duvidoso que as chefias ouçam seus subordinados no momento da definição de critérios de avaliação, como prevê o projeto.

A transparência dos critérios de avaliação, elaborados com a participação dos funcionários, é uma das sugestões para o Plano listadas por Marisa Nunes Galvão, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores da UNESP (Sintunesp). Ela também propõe que haja a mais ampla informação possível sobre o novo projeto: "No Plano atual, não houve uma boa divulgação de critérios e da própria trajetória do funcionário na carreira, comenta. O aperfeiçoamento dos servidores também toma a atenção de Marisa: "É necessário que a Universidade defina uma política de reciclagem e aperfeiçoamento do funcionário", destaca. A dirigente declara que sua entidade vem acompanhando os passos das duas comissões, através de seus representantes nas equipes, e propõe que haja um único Plano de Carreira para as três universidades públicas paulistas.

André Louzas

Vantagens do novo Plano

O novo Plano de Carreira ainda poderá sofrer muitas modificações, antes de sua definitiva implantação. No entanto, Antonio Sérgio Scavacini, coordenador da Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH), acredita que muitas das inovações do projeto serão mantidas, pelas vantagens que representam em relação ao Plano atual. Segundo suas estimativas, dos aproximadamente 7 mil funcionários da Universidade, por volta de 6.500 terão um aumento imediato de até 20%, com a entrada em vigor do Plano. "E, para cerca de 400 servidores, esse aumento ficará entre 25% e 40%", estima Scavacini. Já para aproximadamente 350 funcionários não haverá vantagens financeiras: "Esse contingente é formado por servidores com muito tempo de serviço ou que tiveram uma ascensão muito rápida no sistema atual", explica. Para os aposentados que não tiveram o benefício do Regime de Atividade Acrescida (RAA) e nem a

possibilidade de optar pelo Plano de Carreira atual, o coordenador do CRH calcula que o aumento poderá atingir de 70% a 90%.

Para confirmar as melhores condições de ascensão profissional do novo Plano, Scavacini apresenta um quadro demonstrativo que registra as possibilidades de expansão salarial, após trinta anos de trabalho, no caso de um funcionário cujo salário-base inicial seja de Cr\$ 300.000,00 (veja tabela). A primeira coluna

apresenta a perspectiva de aumento pelo Plano atual. Nesse caso, após trinta anos, computados seis Adicionais por Tempo de Serviço (ATS) e a sexta-parce, a variação atingiria 56,35%. As duas outras colunas mostram a ascensão salarial dentro do Plano novo. A segunda coluna indica o ponto máximo a que o funcionário poderia chegar se em sua atividade obtivesse todas as promoções — conseguidas através da avaliação da qualidade do trabalho apresentado, pelo sistema de acompanhamento de desenvolvimento profissional. No caso, ele teria condições de alcançar um aumento de 144,62% em trinta anos. Na terceira coluna é assinalado o aumento que o servidor teria se, além das promoções, conseguisse todas as progressões possíveis na sua atividade. Assim, em trinta anos, a expansão de seu salário poderia chegar a 169,71%. O mecanismo da progressão depende da avaliação da complexidade das atribuições do funcionário. "Portanto, o novo Plano traz, em função da avaliação do desempenho e da complexidade de atribuições, aumentos salariais mais significativos que os praticados hoje", argumenta Scavacini.

DISCRIMINAÇÃO	NÍVEL A GRAU I	NÍVEL A GRAU X	NÍVEL C GRAU X
SALÁRIO-BASE (Cr\$)	300.000,00	469.380,00	517.530,00
6 ATS	102.030,00	159.636,00	176.012,00
SUBTOTAL	402.030,00	629.016,00	693.542,00
6º PARTE	67.005,00	104.836,00	115.590,00
TOTAL	469.035,00	733.852,00	809.132,00
VARIAÇÃO	56,35%	144,62%	169,71%

(A.L.)



Ano da Pesquisa -Balauço-

O ano de 1991 foi escolhido pela atual gestão como o ano da pesquisa, e sendo esta uma atividade inerente à universidade, faz parte de sua rotina. Assim, quando se indica um ano como sendo o da pesquisa, apenas se quer afirmar certa intencionalidade: a de dar maior destaque reflexivo aos problemas, às condições e ao estágio de desenvolvimento dessa atividade no lugar em que se processa.

Vista como algo indissolúvelmente ligado ao ensino, a pesquisa apresenta-se, no âmbito da universidade, com um duplo caráter que se desdobra complexamente de cada uma de suas faces. De um lado busca, enquanto prática científica, ampliar e fazer avançar as fronteiras do conhecimento, as quais, quando e se alcançadas, se deslocam para mais adiante e sempre; de outro lado, na própria prática exercida, reproduz e divulga, de modo crítico, as verdades atingidas, assim mantendo-as e superando-as. A indissolubilidade se daria neste lado da prática exercida por meio do ensino no interior da universidade. Essa tarefa não é fácil, e por diferentes razões.

Antes de tudo, a pesquisa universitária brasileira tem sido mais de consolidação ou de manutenção do que de avanço, além de se desenvolver de maneira desigual. Tenta acompanhar, em algumas áreas, os passos acelerados que as ciências dão em países desenvolvidos; em outras áreas consagra a dependência; em todas, enfrenta a falta de recursos adequados para seu pleno desenvolvimento. O mais grave, porém, é certo pendor para afastar-se da realidade.

Outro problema afeta-nos de modo radical: o da formação dos pesquisadores. Como se sabe, tal formação ficou confinada, nas universidades brasileiras, num espaço específico: o dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Mas deveria acontecer também na graduação.

Entretanto, o que se pode observar na pós-graduação? Para responder alguma coisa bem compreensível, pensemos nos mestres e doutores

titulados pelos atuais cursos *stricto sensu*. Quase todos são absorvidos pelas universidades; universidades em que serão professores, universidades onde deverão ensinar e formar. Estariam esses cursos formando professores-pesquisadores? Seria possível essa formação conjugada?

Este último problema encerra outro que o precede: o da difícil rara coincidência desses opostos, o professor e o pesquisador, desde que apliquemos a este o conceito eurocêntrico que se divisa lendo, por exemplo, **A Face Oculta da Universidade**, recentemente publicada pela Editora UNESP.

Uma coisa é certa: os cursos de pós-graduação *stricto sensu* dirigem-se e são empurrados, com pouca resistência contrária, pela síndrome da titulação; deixam de lado, com frequência assustadora, a formação do pesquisador, o qual, no caso brasileiro, deve incluir o adjetivo "universitário" ou "docente". Uma saída está em pensar a realidade, inclusive para se discutir a noção de pesquisador, que pode ser a que se encontra no livro citado, ou que pode ser outra. Outra que leve em conta, por exemplo, o exercício da pesquisa como instrumento educativo.

Finalmente, e sem esgotar a lista de problemas, há a questão das políticas de desenvolvimento científico e tecnológico. Sua fragilidade, seus disfarces e sua falta de consistência ficaram expostos, com clareza meridiana, nos malogros de projetos governamentais amplamente divulgados, nos magros investimentos e, principalmente, nas crises que atingiram as grandes agências de fomento como o CNPq e a FINEP.

Neste ponto, é hora de dizer que esses e outros temas não menos importantes foram objeto da reflexão universitária em 1991. Um ano extremamente difícil para todos, um ano de pesquisa, como todos os anos, e um ano da pesquisa como ênfase de nosso pensamento acadêmico. As informações deste encarte refletem esses dois sentidos.

GRUPOS DE PESQUISA

Laboratórios Associados

Em junho de 1991, a Representação Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação divulgou os resultados de avaliação dos Grupos de Pesquisa que se apresentaram como candidatos para integrar o **Projeto de Laboratórios Associados**, dentro do convênio que se prometia estabelecer entre o Governo Federal (Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia) e o BID. O projeto, anunciado em 1990, não teve continuidade, mas permitiu que a UNESP fizesse o mapeamento de seus Grupos de Pesquisa, candidatando 148 dos 264 identificados.

No julgamento da Representação Nacional, a UNESP teve 27 grupos classificados como "consolidados", 47 como "consolidados a confirmar", 27 como "emergentes", 25 como "não consolidados" ou "sem avaliação" e 22 como "de intenção".

Recadastramento dos Grupos de Pesquisa

Baseada no mapeamento feito em 1990, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPP), com a colaboração das Comissões de Pesquisa das Unidades Universitárias, realizou, em 1991, o recadastramento dos Grupos de Pesquisa.

Identificaram-se 429 Grupos de Pesquisa, assim distribuídos: *Ciências Biológicas*: 242; *Ciências Exatas*: 84; *Ciências Humanas*: 85; *outras (interdisciplinares ou inter-institucionais)*: 18.

Grupos Acadêmicos

Até agora o CEPE aprovou 26 Grupos Acadêmicos. Em 1991, foram aprovados 11. Esta é a lista:

a) Aprovados em 1989:

- *Química de Coordenação e Organometálicos* (IQ-Araraquara)
- *Materiais Inorgânicos e Sistemas de Interesse Biológico* (IQ-Araraquara)
- *Estilística da Língua Portuguesa* (IBILCE-S.J.Rio Preto)
- *Estética Literária* (IBILCE-S.J.Rio Preto)

b) Aprovados em 1990:

- *Agentes de Controle de Placa Bacteriana Dental* (FO-Araçatuba)
- *Pensamento e Lógica das Sociedades Tradicionais* (FCL-Araraquara)
- *Estudo das Instituições Culturais da Sociedade Medieval Portuguesa através de textos literários (prosa e verso) que não foram ainda objeto de edição crítica* (FCL-Araraquara)

- *Ciência dos Materiais* (IQ-Araraquara)
- *Paracoccidiodomicose* (FM-Botucatu)
- *Metodologia de Pesquisa em Resistência de Plantas a Insetos* (FCAV-Jaboticabal)
- *Manejo Integrado de Diaspidídeos em Citrus* (FCAV-Jaboticabal)
- *Morfologia e Biologia Celular de Insetos* (IB-Rio Claro)
- *Tecnologia Aplicada aos Estudos Ambientais* (IGCE-Rio Claro)
- *Sistema de Informação Geográfica* (IGCE-Rio Claro)
- *Os Negros: Criação e Representação Literárias* (IBILCE-S.J. Rio Preto)

c) Aprovados em 1991:

- *Desenvolvimento do Germe Dental e/ou do Palato* (FO-Araçatuba)
- *Estudo do Processo de Reparo após Condilectomia, Extração Dental ou Fratura Óssea* (FO-Araçatuba)
- *Estudo das Propriedades Físicas e Biológicas dos Materiais Empregados em Endodontia* (FO-Araçatuba)
- *Hematologia, Bioquímica Clínica e Hemoparasitoses* (FMVZ-Botucatu)
- *Estudos Cognitivos* (FFC-Marília)
- *Citogenética Animal* (FCAV-Jaboticabal)

- *Tecnologia de Embriões* (FCAV-Jaboticabal)
- *Tecnologia do Sêmen* (FCAV-Jaboticabal)
- *Modernização da Agricultura e Política Agrícola* (FCAV-Jaboticabal)
- *Aprendizagem e Desenvolvimento Humano* (IB-Rio Claro)
- *Propriedades Mecânicas Associadas à Microestrutura de Aços e Ligas de Alumínio* (FE-Guaratinguetá)

Projetos Especiais

O programa de **Projetos Especiais** passou, em 1991, a ser supervisionado pela PROPP. Continua sob a coordenação do Professor Doutor Fausto Foresti, do Instituto de Biociências do campus de Botucatu.

Os **projetos especiais** integram pesquisadores de diferentes Unidades Universitárias na realização de pesquisas puras, experimentais e aplicadas. Alguns deles já se transformaram em Unidades Complementares. Assim aconteceu com o *Centro de Aqüicultura*, instalado no campus de Jaboticabal em setembro de 1990 e que, em 1991, começou dois programas de pós-graduação

nos níveis de Mestrado e Doutorado: *Biologia de Organismos Aquáticos e Aqüicultura*. Também em 1991 foi instalado, no campus de Rio Claro, o *Centro de Estudos Ambientais*, igualmente iniciado como projeto especial.

Além desses mencionados, há mais 14 **projetos especiais**: o *Centro de Análise e Planejamento Ambiental* (Unidade Auxiliar), o *Centro de Manejo Integrado de Pragas* (Unidade Auxiliar), o *Projeto Fazendas*, o *Projeto Citros*, o *Projeto de Fruticultura Irrigada*, o *Projeto de Estudos em Biologia e Manejo de Plantas Daninhas*, o *Projeto de Ligas Metálicas Alternativas para Uso Odontológico*, o *Projeto sobre Pós-Colheita e Processamento de Mandioca*, o *Centro de Virologia*, o *Centro de Estudos de Venenos e Animais Peçonhentos*, o *Projeto sobre Biotecnologia*, o *Projeto de Criação de Centro de Estudos de Animais Silvestres*, o *Projeto de Criação do Centro de Pesquisa em Energia* e o *Projeto de Criação do Centro de Física Experimental de Altas Energias e Análise de Dados*. Todos estão em andamento e, os dois últimos, em fase inicial de elaboração.

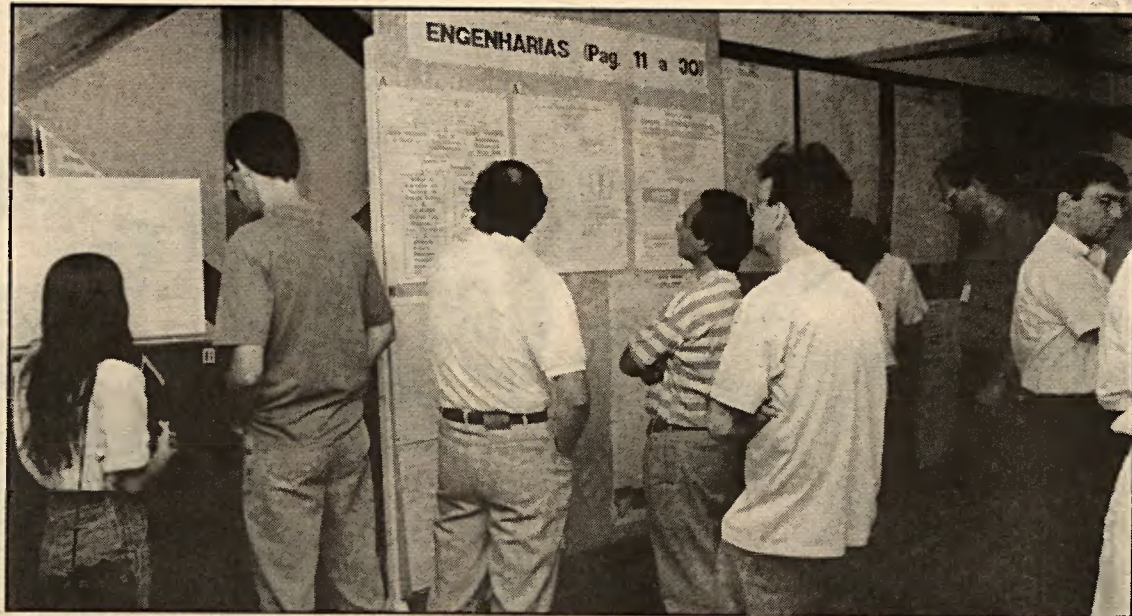


O Simpósio de Ciência Agrárias e Veterinárias foi o segundo realizado em uma série de inco.

COMISSÕES DE PESQUISA

Todas as Unidades Universitárias já contam com as Comissões de Pesquisa completamente constituídas e, quase todas, renovadas em 1991.

Cada Comissão de Pesquisa experimentou os caminhos mais adequados à Unidade Universitária no desempenho de seu papel assessor da Congregação. Essas experiências se transformaram, em certos casos, em relatórios que a PROPP fez circular. Os presidentes, por seu turno, puderam trocar informações durante dois Encontros realizados com a PROPP. O primeiro, mais informal, foi no dia 28 de agosto de 1991. O segundo, pautado, possibilitou a discussão das experiências específicas, a relação entre as Comissões e a PROPP, o planejamento para 1992.



Foram apresentados 123 trabalhos no II Simpósio de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Exatas e Engenharias, que aconteceu em dezembro, em Campos do Jordão.

BOLSAS

Quadro de Bolsas de 1991 CNPq — BOLSISTAS — ABRIL/1991

ÁREAS	IC	AP	ME	DO	PD	PESQ.	PV	PVE	RD	PA	DCR	TOTAL
Ciências Biológicas	15	7	25	19	2	37	—	—	—	—	—	105
Ciências da Saúde	5	7	4	4	1	53	—	—	—	4	—	78
Ciências Agrárias e Veterinárias	33	7	84	36	3	132	—	—	—	—	1	296
Ciências Exatas e da Terra	56	12	26	23	2	67	—	—	5	—	—	191
Engenharias	36	—	13	4	—	24	—	—	—	—	—	77
Ciências Humanas, Letras e Artes	79	42	50	11	1	35	1	—	—	6	—	225
Outros(*)	13	3	5	—	1	—	—	1	—	—	—	23
Total	237	78	207	97	10	348	1	1	5	10	1	995

Legenda:

IC — Iniciação Científica
AP — Aperfeiçoamento
ME — Mestrado
DO — Doutorado
PD — Pós-Doutorado
PESQ — Pesquisador

PV — Professor Visitante
PVE — Professor Visitante Estrangeiro
RD — Recém-Doutor
PA — Pesquisador Aposentado
DCR — Desenvolvimento Científico e Regional
OUTROS(*) — Pesquisadores com bolsas, sem mencionar área

Quotas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica

Desde fins de 1990 a PROPP tem tentado conseguir Quotas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica para atender à demanda da UNESP. Das 4.000 quotas que o CNPq distribuiu em fins de 1991 para todas as universidades brasileiras, à UNESP foram reservadas 200 quotas que serão distribuídas em 1992. Espera-se que este número triplique na próxima distribuição.

Bolsas de Demanda Social

Mestrado	291
Doutorado	46
Total	337

Bolsas de PICD

Nível	Parcial	Integral	Total
Mestrado	187	20	207
Doutorado	269	95	364

Bolsas de Dedicção Acadêmica

A UNESP conseguiu, em 1991, 34 bolsas de Dedicção Acadêmica para docentes de larga experiência que desenvolvem, além das atividades de ensino e pesquisa, um trabalho adicional de orientação e formação de alunos, associado à constituição de núcleos de excelência nas diferentes áreas do conhecimento.

FAPESP — BOLSISTAS — MAIO/1991

ÁREAS	IC	AP	ME	DO	PD	TOTAL
Ciências Biológicas	4	2	3	—	—	9
Ciências da Saúde	30	3	11	—	—	44
Ciências Agrárias e Veterinárias	68	—	24	8	2	102
Ciências Exatas e da Terra	20	1	12	4	1	38
Engenharias	7	—	—	—	—	7
Ciências Humanas, Letras e Artes	11	1	12	—	—	24
Total	140	7	62	12	3	224

Legenda:

IC — Iniciação Científica
AP — Aperfeiçoamento
ME — Mestrado
DO — Doutorado
PD — Pós-Doutorado



MIGUEL BOYVAN

Reunião do Grupo de Trabalho em Genética, durante o II Simpósio de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Biológicas, realizado em novembro, em Águas de São Pedro.

EVENTOS

Promovidos pela PROPP

- *II Simpósio de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Humanas, Letras e Artes*, de 5 a 8 de agosto, em Águas de São Pedro, com 163 participantes e 63 trabalhos apresentados.
- *II Simpósio de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Agrárias e Veterinárias*, de 2 a 5 de setembro, campus de Botucatu, com 166 participantes.
- *II Simpósio de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências da Saúde*, de 14 a 17 de outubro, em Campos do Jordão, com 86 participantes e 15 trabalhos apresentados.
- *II Simpósio de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Biológicas*, de 11 a 14 de novembro, em Águas de São Pedro, com 191 participantes e 217 trabalhos apresentados.
- *II Simpósio de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Exatas e Engenharias*, de 16 a 19 de dezembro, em Campos do Jordão, com 112 participantes e 123 trabalhos apresentados.
- *I Encontro dos Presidentes de Comissão de Pesquisa*, em 28 de agosto, na Reitoria, com 25 participantes.
- *II Encontro dos Presidentes de Comissão de Pesquisa*, em 20 de novembro, na Reitoria, com 20 participantes.
- *Fórum Regional dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação da Região*

Sudeste, em 21 de novembro, com 38 participantes.

Promovido pela Pró-Reitoria de Graduação

- *III Congresso de Iniciação Científica*, de 24 a 26 de outubro, na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do campus de Jaboticabal, com 937 participantes e 763 trabalhos apresentados.

Apoiados pela PROPP

- *VI Encontro Nacional de Química Analítica*, no Instituto de Química do campus de Araraquara. Setembro de 1991.
- *I Simpósio "Universidade e Alfabetização"*, em novembro, na Faculdade de Filosofia e Ciências do campus de Marília.
- *Encontro de História*, em novembro, na Faculdade de História, Direito e Serviço Social do campus de Franca.

Organização (com participação) de Eventos Internacionais

- Cali, Colômbia. 25 a 31 de janeiro. *Reunião Técnica Internacional sobre Avaliação e Credenciamento de Cursos de Pós-Graduação*.
- Cali, Colômbia. 5 a 12 de abril: *Reunião da Comissão Executiva da UIP (Universidad Iberoamericana de Postgrado)*.
- Madrid, Espanha. Novembro: *Reunião da Comissão Executiva da UIP*.
- Madrid, Espanha. Novembro: • Reu-

nião do Conselho Superior da UIP. Apresentação do projeto de criação de um Centro Internacional de Pós-Graduação em Ciências Políticas.

- Salamanca, Espanha. Novembro: *Reunião de Rede de Associação Universitária da América e Europa*.

PUBLICAÇÕES

Com a colaboração da Secretaria Geral, foram feitas as seguintes publicações:

- *Produção Científica — UNESP — 1988* (149 págs.)
- *Produção Científica — UNESP — 1988 (Resumos e Artigos de Divulgação)*. (161 págs.)
- *Manual de Instruções e Normas de Pós-Graduação e Pesquisa*. (302 págs.)
- *Catálogo de Dissertações e Teses — 1988-1990* (no prelo).
- *Boletins Informativos*.
- Elaboração da lista de teses e dissertações defendidas na UNESP no período de 1980-1990, para publicação do 3º volume do catálogo a ser editado pela Sociedade Brasileira de Ciências do Solo (SBCS).

Apoio a Programas

Desenvolveu-se um programa de

apoio aos Cursos de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Letras e Artes, com os seguintes cursos:

- *Poder e Conflito na América Latina no Século XX*, ministrado pelo professor Anibal Quijano, da Universidad de San Marcos, em junho, para docentes e alunos da FCL-Assis, FCL-Araraquara e FHDSS-Franca.
- *História Econômica e Social da América Latina — A Escravidão no Caribe e no Brasil durante o Século XIX. Estudo Comparativo*, ministrado pelo professor Manuel Moreno Fraginals, da Universidad de la Habana, nos meses de agosto a dezembro, para docentes e alunos da UNESP (FCL-Araraquara, FCL-Assis e IBILCE-São José do Rio Preto) e da Universidade de São Paulo. Na Reitoria — São Paulo.
- *O Complexo Industrial Açucareiro e o Futuro*, também ministrado pelo professor Manuel Moreno Fraginals, nos meses de agosto a dezembro, para docentes e alunos da UNESP (FCL-Araraquara, FCL-Assis, FHDSS-Franca, FCT-Presidente Prudente, IGCE-Rio Claro e IBILCE-São José do Rio Preto), nas seguintes Unidades Universitárias: FHDSS-Franca, FCL-Assis e FCL-Araraquara.

PÓS-GRADUAÇÃO DA UNESP Dissertações e Teses defendidas em 1991

ÁREA	DISSERTAÇÕES	TESES
Ciências Humanas, Letras e Artes	61	11
Ciências Exatas e da Terra e Engenharias	31	5
Ciências Biológicas (Básicas)	46	14
Ciências da Saúde	13	27
Ciências Agrárias e Veterinárias	57	27

Talento jovem na percussão erudita

Dupla se destaca no Prêmio Eldorado

Foram seis meses de estudo e muita tensão, com direito a algumas noites em claro. Mas o esforço valeu a pena. O Duo Contexto de percussão, formado pelos alunos do Instituto de Artes (IA) da UNESP, Ricardo Bologna e Eduardo Leandro, conseguiu em dezembro último a segunda colocação em um dos mais importantes concursos de música erudita do País: o 6º Prêmio Eldorado de Música. Eles passaram por quatro fases desde junho e foram selecionados, com mais quatro finalistas, entre mais de 100 inscritos, projetando a percussão e um repertório contemporâneo pouco divulgado. "Eles são extraordinários, extremamente sérios e com alto nível técnico", enfatiza Marcos Lacerda, jurado do concurso e professor de música da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA). "Suas principais qualidades são o virtuosismo e um excelente manejo do espaço no palco", reforça outro dos jurados, J.J. de Moraes, também professor da ECA e crítico de música erudita do *Jornal da Tarde*.

Elogios à parte, o Duo se diz muito satisfeito com o 2º lugar. "É importante sermos classificados em um concurso tradicional, pois assim nosso nome ganha divulgação em um País onde é difícil produzir arte", opina Ricardo, 21 anos. Os integrantes do Duo, que têm mais um ano de curso de música pela frente, se dizem preocupados com o futuro profissional. "Vamos investir os três milhões de cruzeiros do prêmio na compra conjunta de uma marimba e um vibrafone", conta Eduardo, 20 anos.

O prêmio mostrou o amadurecimento de uma idéia que começou de maneira informal no final de 1989, quando os alunos decidiram tocar uma peça juntos. O empurrão inicial foi dado pelo falecido maestro Juan Serrano, que os regia, à época, na Or-

questra Sinfônica Jovem do Estado. "Ele nos ofereceu duas datas de apresentação no auditório do Museu de Arte de São Paulo, em março e junho de 90", lembra Ricardo. Segundo os alunos, os concertos deram certo, estimulando-os a prosseguir com as atividades do Duo.

Para eles, o segundo lugar do concurso também é muito importante para divulgar a percussão erudita. "O caminho já tinha sido aberto pelo Grupo de Percussão da UNESP, o PIAP, que conquistou o primeiro lugar no Prêmio Eldorado de 1986", recorda Ricardo. Ele diz que o público recebeu bem as nove peças executadas ao longo do concurso. "Tocamos músicas bem difíceis, como *Reflections*, do compositor Donald Knack, que é para percussão múltipla", conta, lembrando que esta modalidade exige que os músicos dominem mais de vinte instrumentos diferentes.

O maestro John Boudler, regente do PIAP e professor de Ricardo e Eduardo, diz que um dos méritos do prêmio é a possibilidade de instrumentos diferentes concorrerem entre si, abrindo o leque de participantes. Esse critério permitiu que o Duo Contexto disputasse com outra aluna do IA, a violoncelista Ji Yon Shím, que chegou até a semifinal. "Se por um lado, isso dificulta o trabalho da comissão julgadora, por outro dá espaço a várias modalidades", acredita John. Essa diversidade pode ser constatada através da premiação, que teve empate no primeiro lugar, entre a cravista Ana Cecília Ladeira e o saxofonista Vadim Arsky, e também no terceiro, dividido entre o violonista Eduardo Meirinhos e o Trio Aquarius, composto por piano, violino e violoncelo.

Marcelo Burgos



Ricardo e Eduardo: dinheiro obtido será gasto com marimba e vibrafone.



O auxiliar técnico, nos braços dos jogadores: preparo através de treinos e música.

Beisebol, emoção de pai para filho

Jorge segue tradição familiar no esporte

O beisebol é uma paixão que corre nas veias de Jorge Ishikawa, 24 anos, quintoanista do curso de Educação Física de Rio Claro. Seu avô, que imigrou para o Brasil no pós-guerra, era técnico do esporte no Japão. Seu pai também seguiu o ofício de treinador. Jorge, que começou a jogar aos oito anos e até os dez anos integrou diversas equipes, acabou optando pela mesma carreira, na qual já tem um currículo considerável: foi auxiliar técnico da Seleção Brasileira Juvenil de Beisebol no ano passado e é técnico titular da equipe da Associação Cultural e Esportiva de Tatuí.

Com a Seleção, Jorge trabalhou na campanha para o mundial, que aconteceu em dezembro último na Austrália. A equipe ficou em terceiro lugar, passando à frente de seleções tradicionais como a da Coreia do Sul e a da própria Austrália. "Estávamos preparados para ganhar, mas tivemos alguns problemas como o fuso horário e o clima", recorda Jorge, acrescentando que o primeiro e segundo lugares foram, respectivamente, de Taiwan e do Japão. "O vento forte prejudicou nosso estilo de jogo, de longas rebatidas, e favoreceu o do Japão, de jogadas mais rápidas", explica.

Para auxiliar no preparo da seleção, Jorge trabalhou duro durante todo o ano passado. De segunda a sexta-feira, ele ficava em Rio Claro para as aulas, e nos finais de semana ia para São Paulo, Atibaia e Mogi das Cruzes, onde aconteciam alternadamente os treinos. "As perspectivas profissionais valem o esforço", acredita.

O ESPORTE

Foi na Inglaterra, na primeira metade do século passado, que o beisebol nasceu. Começou a ser praticado nos Estados Unidos em 1839 e hoje é muito popular nesse país, assim como no Japão e em Cuba. Segundo Jorge, a escola japonesa valoriza mais o aspecto técnico, enquanto os norte-americanos concentram o jogo no uso da força.

A seleção juvenil, cuja maioria dos jogadores é de origem japonesa e têm por volta de 15 anos de idade, segue mais a linha oriental. No beisebol, cada time tem nove titulares e nove reservas. O técnico conta com dois auxiliares, que ajudam no treinamento geral da equipe e, durante o jogo, fazem a orientação do ataque através de gestos e comandos.

Como o beisebol e ainda pouco difundido no Brasil, não há especialização ou disciplina que se relacione diretamente com o esporte. Mesmo assim, Jorge diz que há algumas matérias do currículo que o auxiliam muito nos treinos, principalmente as ligadas ao condicionamento físico e à parte fisiológica dos exercícios. "O beisebol exige velocidade e resistência, e o estudo dessas áreas é importante para que o técnico saiba dosar o treinamento e não estoure o jogador" acentua.

Mas o bom desempenho do time não depende apenas de um físico bem afiado. Nos intervalos dos treinos a equipe que Jorge ajuda a dirigir canta músicas brasileiras para aliviar as tensões. "A música também faz parte do preparo do grupo" conta Jorge, para quem o entrosamento é essencial no bom rendimento dos jogadores. E quem assiste aos treinos se convence de que ele já conseguiu pelo menos ter um bom relacionamento com os seus comandados. Sem cerimônia, eles carregam o auxiliar técnico nos ombros para tirar fotografia e brincam imitando suas orientações.

Nas horas vagas, entre os treinamentos e a faculdade, Jorge gosta de ir ao cinema e assistir a vídeos. "O Campo dos Sonhos" (1989), com Kevin Costner, um dos muitos filmes norte-americanos que homenageiam o beisebol, é citado por ele — sem muito entusiasmo — como "um bom filme". É que Jorge gosta mesmo de beisebol no campo e não na tela. Torcendo pela maior divulgação do esporte no Brasil, ele planeja uma nova tacada: fazer um curso de especialização no Japão para poder se lançar profissionalmente na carreira de técnico.

POSSE

Novo vice-diretor em Presidente Prudente

Foi empossado no último dia 6 de janeiro como vice-diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente Cláudio Benedito Alves, que substitui Olímpio Beleza Martins. Segundo Alves, a meta da atual diretoria é cumprir o plano em execução na unidade, que prevê a consolidação dos cursos, entre outros pontos. "Entre nossos objetivos estão a reformulação e a afirmação dos cursos de Educação Física e Fisioterapia e a obtenção de recursos para o programa de pós-graduação em Geografia", explica o novo vice-diretor. Ele destacou ainda a necessidade de ampliar a discussão do novo plano de carreira, a ser implantado neste ano. A posse foi dada pelo reitor Paulo Landim, em cerimônia realizada na reitoria.

CEPEL

Em ação, pelo ensino do litoral

Durante muito tempo, os professores de escolas municipais e estaduais da Baixada Santista se viram num beco sem saída. Eles sentiam uma grande necessidade de trocar informações e aperfeiçoar o método e o conteúdo de suas aulas. Porém, não tinham como resolver essa carência, devido à falta na região de universidades públicas que pudessem renovar seus conhecimentos. Para tentar resolver a questão, foi criado em 1989 o Centro de Ensino e Pesquisa do Litoral Paulista (Cepel), instalado pela UNESP em São Vicente. "A partir da análise dos problemas regionais, surgiu a idéia de implantarmos um pólo de cultura local e de desenvolvermos cursos gratuitos de aperfeiçoamento referentes ao currículo de 1º e 2º Graus", afirma a professora Myrna Therezinha Rossi Rego, coordenadora do Cepel.

Até o momento, foram realizados 52 cursos, com uma boa aceitação por parte dos docentes da rede pública. O último ciclo, ministrado entre os dias 27 e 31 de janeiro, apresentou doze temas diferentes nas áreas de Humanas, Biológicas e Exatas — e contou com 220 participantes. Os assuntos foram escolhidos a partir de consultas aos próprios professores que apontaram as áreas de ensino de maior carência. É o caso do curso "Redação: coesão e coerência no texto", coordenado por Maria do Rosário Gregolin, professora de Lingüística do câmpus de Araraquara.

TEATRO NA ESCOLA

"Os professores de todas as áreas têm dificuldade para redigir e, conseqüentemente, ensinar a língua portuguesa aos seus alunos", comenta Maria do Rosário. No curso foram discutidos vários textos, houve uma oficina de redação que simulou o que deve ser ensinado aos estudantes e se apresentaram recursos didáticos alternativos, como jornais, histórias em quadrinhos e vídeos. Outro curso realizado em fevereiro foi "En-

SALÁRIOS

Aumento gera divergência entre reitores e entidades

As seis entidades de funcionários e docentes da UNESP, USP e Unicamp acusam o Cruesp de não ter cumprido um acordo salarial, firmado em novembro do ano passado, prevendo reajustes mensais de acordo com a inflação calculada pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). Segundo a presidenta do Sintunesp, Marisa Nunes Galvão, o aumento de janeiro, fixado em 15%, demonstra o não-cumprimento do que foi prometido, já que o índice da Fipe foi de 23,25%. "A arrecadação do ICMS para janeiro permitia com folga a aplicação do índice", diz.

O professor Paulo Milton Barbosa Landim rebate essa informação. De acordo com o reitor da UNESP, no final de janeiro foi distribuído um documento aos membros do Conselho Universitário onde se apresentava o plano orçamentário e financeiro da UNESP para 1992, com uma política salarial baseada na arrecadação do ICMS e a constituição de uma reserva mensal, a partir

de abril, com o objetivo de assegurar o pagamento do 13º salário. Só que também ficou previsto, segundo o reitor, o limite de 80% da cota de arrecadação do ICMS para o pagamento de funcionários. "Esse percentual tem sido ultrapassado diante do baixo desempenho da arrecadação do ICMS", explica.

Para exemplificar, o professor diz que dos 30,2 milhões referentes às cotas do ICMS de janeiro e fevereiro destinados à UNESP, Cr\$ 24,4 milhões foram consumidos no pagamento de pessoal. Na tentativa de resguardar a margem mínima para as despesas com funcionários, o reitor afirmou que o Cruesp optou pela continuidade da concessão de reajustes mensais. "Foi exatamente o que aconteceu em janeiro, quando se concedeu um reajuste de 15%", declara. Mesmo assim, o professor relata que não foi possível fazer o recolhimento de obrigações previdenciárias nem a constituição de reserva para o 13º salário.



Curso para professores: em janeiro, 220 docentes receberam novos conhecimentos

sino da arte: teatro na escola", do qual participou Célia Moretti Manço, professora de História da EEPG Antonio Luís Barreiros. Célia já participou de cursos anteriores no Cepel e garante que eles a ajudaram a utilizar novas fontes para o ensino, como documentos e a própria realidade dos alunos. "Agora, pretendo usar também técnicas teatrais durante as aulas", destaca.

As atividades do Cepel, entretanto, não param por aí. A entidade presta assistência permanente aos docentes com dificuldade de transmitir determinado conhecimento em sala de aula. O Centro também possui uma biblioteca pública — a única de São Vicente — bastante atualizada na área de Educação, promove seminários e encontros para técnicos de diversas áreas e mantém convênios com as Prefeituras de Santos, Guarujá e São Vicente para a realização de cursos específicos. "Algumas escolas ainda pedem

a nossa assessoria em projetos conjuntos de alunos e professores, como o resgate da memória da cidade a partir da história dos bairros", conta Myrna.

Outro trabalho significativo do Cepel foi a coordenação do Censo Educação em Santos, realizado em conjunto com a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Educação, em 1989. A pesquisa tomou como base 8.294 questionários, envolvendo 34.684 pessoas — uma amostra de 7,5% da população local. Seus resultados detectaram questões relevantes para a melhoria do ensino na região. "Os dados do Censo foram fundamentais, por exemplo, para descobrirmos onde havia uma demanda maior no campo da alfabetização de adultos", esclarece Maria Shirley dos Santos, assessora da Secretaria Municipal de Educação.

Vera Lúcia Rangel

Prêmios

- O estudo da depressão através do discurso de pacientes levou o professor **Florindo Stella**, do Departamento de Educação do Instituto de Biociências (IB) de Rio Claro, a conquistar o primeiro lugar num concurso promovido pela Sociedade Brasileira de Psiquiatria Biológica.

- A Sociedade de Anestesiologia do Estado de São Paulo concedeu em novembro do ano passado o prêmio SAESP-1990 ao professor **Luiz Antônio Vane**, vice-diretor da Faculdade de Medicina (FM) de Botucatu, por seu artigo intitulado "O efeito do sistema venturi na prevenção da poluição da sala cirúrgica", publicado na Revista Brasileira de Anestesiologia.

- O professor **Antonio Cesar Perri de Carvalho**, pró-reitor de Graduação, recebeu em 1991 dois prêmios pelo seu desempenho na área odontológica. O Colégio de Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial lhe concedeu a medalha René Le Fort, por sua contribuição a esse setor. Já o prêmio Gaspar Soares Brandão lhe foi entregue por ter sido orientador da melhor dissertação de mestrado em cirurgia e traumatologia bucomaxilofacial.

- Um consultório odontológico completo. Esse foi o prêmio do aluno **Wagner César Munhoz**, da Faculdade de Odontologia (FO) de São José dos Campos, classificado em primeiro lugar no concurso Prêmio Estimulo Kolynos, com o trabalho "Avaliação de crianças de 10 a 15 anos, com ou sem educação para higiene bucal".

- A Sociedade Brasileira de Patologia Clínica entregou o prêmio Dr. José Pinheiro ao trabalho "Anomalias cromossômicas em tumores sólidos: aspectos biológicos e aplicações diagnósticas", que envolveu a tese de doutorado de **Agnes Fett Conte** e as dissertações de mestrado de **Rosa Oyana e Nilce Gama**. As três foram orientadas pela professora **Eloiza Helena Tajara da Silva**, com a colaboração da professora **Mari-leila Varela Garcia**.

- **Aldo José Fernando da Costa** e **Fábio Molinari**, alunos da FM/Botucatu, receberam, no final de 1991, os prêmios Manoel de Abreu e Pereira Barreto, graças à sua pesquisa sobre alongamento de ossos pelo método Ilisarov, realizada com cães.

- O II Congresso Nacional de Cirurgia Experimental, em setembro de 1991, concedeu menção honrosa ao trabalho "Diabete e gravidez experimental: indução do diabete, obtenção e evolução da prenhez", de autoria de **Iracema Paranhos Calderon, Marilza Vieira Cunha Rudge, Maria Aparecida Brazil e Maria Aparecida Coelho Arruda Henry**, da FM/Botucatu.

- Na 4ª Exposição e Feira de Ovinos do Estado de São Paulo (Expovelha), realizada em dezembro passado, as ovelhas criadas pela Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia de Botucatu foram campeãs na categoria raças de lã "corriedale" e "marino australiano". O professor **Edson Ramos de Siqueira** é o coordenador do grupo que pesquisa a criação de ovinos na FMVZ.

Destaque

- Pela primeira vez um cientista da América Latina recebeu um título da Associação Americana de Cerâmica (ACerS). O professor **José Arana Varela**, do Instituto de Química (IQ) de Araraquara, foi promovido no ano passado para o grau de Fellow da ACerS. O título é dado a sócios de destacada reputação na área de materiais cerâmicos.

- A Câmara de Agronomia do CREA de São Paulo tem um novo coordenador. É o professor **Ricardo Antônio de Arruda Veiga**, da Faculdade de Ciências Agrômicas de Botucatu, que passará a coordenar a atividade dos profissionais e empresas ligados a agronomia, engenharia florestal e meteorologia.

- O professor **Luiz Antônio Vane**, vice-diretor da FM/Botucatu, foi eleito, em dezembro passado, presidente da Sociedade de Anestesiologia de São Paulo.

Evento

- A Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) de Presidente Prudente vai promover a Primeira Semana de Estudos em Fisioterapia, de 30 de março a 3 de abril, com a participação de professores de outros campi. Os temas vão desde o atendimento a gestantes até técnicas de respiração e neuroanatomia. Na mesma semana foram programados os Jogos Universitários Interfisioterapia, abrangendo oito modalidades esportivas.

UNIVERSIDADES

Recursos externos podem vir em 93

Em breve, o ensino superior paulista poderá ter um grande reforço. Se se concretizar, o Projeto BID-BIRD São Paulo deverá trazer cerca de US\$ 350 milhões para UNESP, USP, Unicamp e IPT. O projeto, da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado, conta com o apoio do Governo Federal e deverá dar ênfase à melhoria da infra-estrutura das quatro instituições. As previsões da Secretaria indicam para 1993 o início do recebimento da verba.

No último dia 14 de fevereiro, a UNESP entregou à Secretaria sua proposta para captação de recursos, prevendo uma dotação de US\$ 104 milhões. O valor poderá ser alterado durante a uniformização do projeto pela Secretaria. "Os programas da UNESP que poderão ser contemplados são todos de caráter institucional", explica o vice-reitor e pró-reitor de Administração e Desenvolvimento Arthur Roquete de Macedo. "Se a proposta for aceita, 90% das prioridades da Universidade estarão asseguradas", completa.

Dos projetos propostos pela Universidade ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) constam o apoio aos cursos de licenciatura e ao ensino de 1º e 2º graus, à recuperação e modernização dos laboratórios de ensino e pesquisa, modernização do hospital-escola e o desenvolvimento das



Professor Arthur, na entrega da proposta da UNESP à Secretaria: prioridades

áreas de saúde. Ao BIRD (Banco Mundial) a UNESP solicita recursos para o desenvolvimento do plano de informática e modernização do sistema de comunicações, o planejamento ambiental e sistemas ecológicos, o desenvolvimento das fazendas de ensino, pesquisa e produção e, finalmente, a qualificação do corpo docente e pessoal técnico-administrativo.

"O projeto deverá beneficiar a formação de profissionais e todo o setor produti-

vo do Estado", assegura o secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Luiz Carlos Delben Leite. As negociações, no entanto, estão numa fase inicial, apesar de o BID e de o BIRD já se terem mostrado receptivos aos projetos. "Os programas, de objetivos nobres, foram montados de acordo com as exigências dos dois bancos. Nós não estamos contando com uma resposta negativa", sentencia Delben Leite.

INTERCÂMBIO

Convênios com Cuba em saúde e educação

Em fevereiro, o pró-reitor de Graduação, professor Antonio Cesar Perri de Carvalho visitou Cuba e Venezuela, representando a UNESP. A viagem foi promovida pela Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais. Entre os documentos assinados pelo pró-reitor em Cuba se destaca uma carta de intenção que envolve o Ministério da Educação daquele país, quinze instituições de ensino superior cubanas e outras quinze brasileiras. O acordo estabelece o intercâmbio de professores e cursos de pós-graduação. O professor Perri considera importante a assinatura desse e de outros convênios com os cubanos: "Dessa maneira, a UNESP tem a possibilidade de conhecer as experiências daquele país em áreas como a educação superior e a saúde, com destaque para o setor de biotecnologia", justifica.

O pró-reitor ressalta que entre as tecnologias e produtos que Cuba tem a oferecer estão, por exemplo, um Kit para diagnóstico de Aids, medicamentos usados em transplantes, vacinas e até um tipo de cimento hidrófobo (que repele água), para fabricação de telhas impermeabilizantes. "Agora o intercâmbio vai depender do interesse das unidades numa área específica", ressalta o professor Perri, que na Venezuela visitou a Universidade Central daquele país.

CURSO

Para o português ficar bem afiado

Enviar livros à seção ou a sessão? Dúvidas como essa, em breve, não mais atormentarão cerca de 1.500 servidores de Araçatuba, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal e São José dos Campos, além dos da Faculdade de Ciências Agrônomicas de Botucatu, Reitoria e Instituto de Artes de São Paulo. De 27 de abril a 2 de julho, os funcionários desses campus estarão participando do "Treinamento em Língua Portuguesa — Revisão Gramatical". O curso, que foi organizado pela Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH) da Reitoria, juntamente com oito professores das áreas de Letras, Didática e Psicologia, terá a duração de 60 horas. Do programa constam ortografia, acentuação gráfica, concordância, regência, crase, pronomes e verbos.

Até agora, mais de 500 servidores de Assis, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto já passaram pelo treinamento. Segundo um dos organizadores do curso, o professor Cláudio Gomide, do Departamento de Didática da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, as formas tradicionais de memorização foram substituídas por jogos, músicas e exercícios "que levam as pessoas a aprender de forma agradável e eficiente". "Com isso, estamos conseguindo uma média de aproveitamento de 95%", revela.

Para Claudionor dos Santos de Brito, chefe de seção técnica do campus de Marília, o curso veio ao encontro de suas necessidades. "Foi muito proveitoso, apesar de ser curto." Irlana Paula Alves Canutti, do Subsistema Treinamento do CRH afirma que até o final do ano o treinamento chegará a todos os câmpus. "No segundo semestre, será a vez dos servidores de Araraquara, Bauru e Botucatu."

MANDIOCA

Tecnologia para o País e o mundo

A UNESP acaba de ser escolhida pela Food and Agriculture Organization (FAO), organismo ligado à ONU, para organizar um centro técnico de divulgação de tecnologia em pós-colheita e processamento de mandioca. Considerada internacionalmente como um dos maiores núcleos de pesquisa na área, a Universidade receberá, no prazo de dois anos, US\$ 400 mil que serão utilizados na construção do centro em Botucatu. Desse campus, a UNESP deverá repassar informações aos produtores de mandioca e industriais de todo o País.

"A FAO reconheceu que a UNESP tem massa crítica, resultado de 20 anos de investimentos em pesquisas nessa área", considera a professora Marney Pascoli Cereda, do Departamento de Tecnologia dos Produtores Agropecuários da Faculdade de Ciências Agrônomicas (FCA) de Botucatu. Responsável pela parte brasileira do convênio, Marney ainda está acertando os últimos detalhes do projeto.

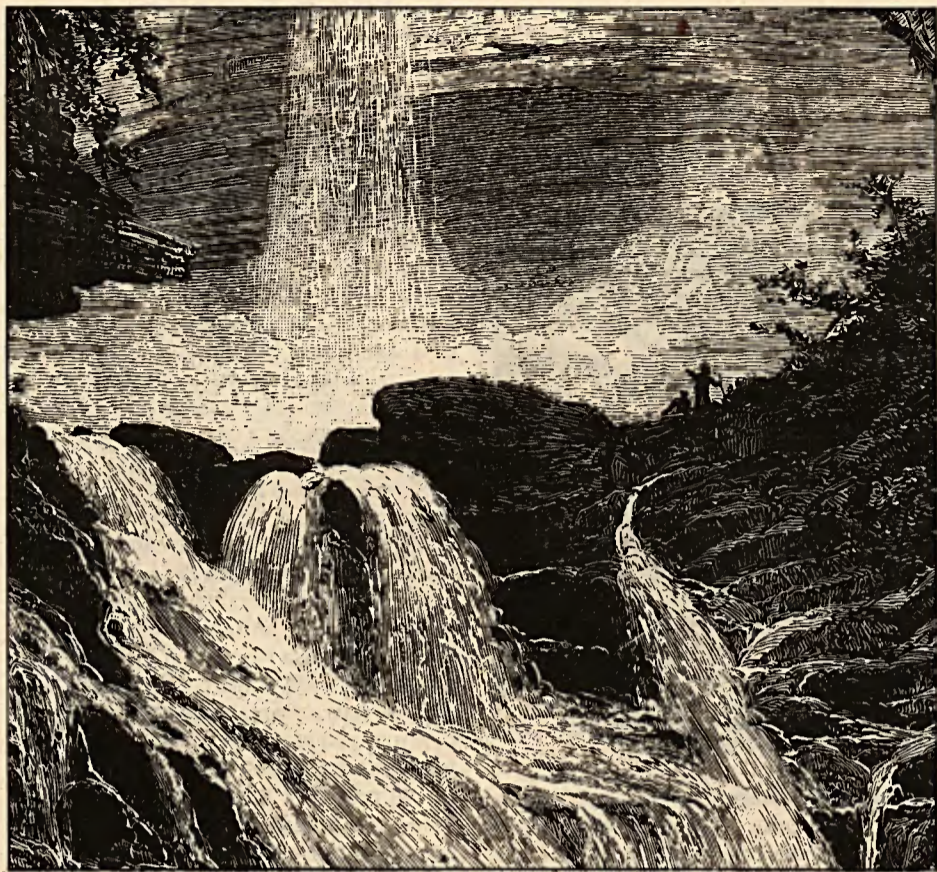
Segundo a professora, a sede do centro será em Botucatu para que se aproveite



Marney: US\$ 400 mil para centro que ensinará processamento

a infra-estrutura já disponível no campus, como a fábrica de farinha de mandioca, a unidade de tratamento de resíduos e os laboratórios. Participam do projeto 15 pesquisadores pertencentes à FCA, Instituto de Biociências e Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia de Botucatu, Faculdade de Ciências de Bauru, Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira e Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto. O objetivo do grupo é ampliar as formas de uso da mandioca, que não se presta somente à indústria alimentícia, mas também à têxtil e de papel. Os pesquisadores trabalham ainda no tratamento do resíduo da industrialização da mandioca — a manipueira —, que é altamente poluente.

Como o convênio prevê verbas somente para a divulgação de tecnologia, a equipe continua buscando recursos junto a outros organismos para dar continuidade aos seus estudos. A UNESP, juntamente com outras entidades do Brasil, Argentina, Paraguai, Colômbia, Equador, França e Inglaterra, já enviou projeto no valor de 1,5 milhão de "ecus" à Comunidade Econômica Europeia que, segundo a professora, tem grande interesse na valorização do produto. Dentro dessa linha, um dos trabalhos apresentados pela Universidade comprova a eficiência da mandioca como matéria-prima alternativa na produção de cerveja. "Os resultados dos testes em laboratório mostram que a qualidade da bebida é a mesma e os custos são reduzidos. Precisamos agora de recursos para fazer os testes em nível industrial", completa Marney.



Ambiente sem fronteiras

Análise Ambiental: uma visão multidisciplinar. Sâmia Maria Tauk, Nivar Gobbi, Harold Gordon Fowler (organizadores). Editora UNESP e FAPESP; 172 páginas; Cr\$ 7.900.

Luiz Roberto Tommasi

Inicialmente, uma palavra sobre a professora Sâmia Maria Tauk, da UNESP/Rio Claro. A professora Sâmia é, incontestavelmente, uma das destacadas lideranças da luta contra a degradação ambiental no interior do nosso Estado. São inúmeras as atividades que organizou e de que participou. Entre essas promoções, está o I Simpósio de Análise Ambiental realizado em Rio Claro, em maio de 1990, coordenado pelo Centro de Estudos Ambientais (CEA) da UNESP, do qual é fundadora.

O livro *Análise ambiental: uma visão multidisciplinar* apresenta 22 textos de conferências pronunciadas naquele evento por renomados especialistas. São apresentados trabalhos que vão da avaliação ambiental a temas como mineração e ambiente. Face à escassez de literatura específica em português sobre questões brasileiras, face à ECO-92, é extremamente oportuna a divulgação pela Editora UNESP daquela relevante coletânea de trabalhos.

Como mostra Ricardo Kohn de Macedo, o ato de avaliar pressupõe três elementos, um padrão de medida, a mensuração do objeto a ser avaliado segundo esse padrão, e uma nota que represente desvio relativo entre o valor apropriado ao objeto e o padrão previamente estabelecido. A avaliação ambiental consiste, exatamente, nesses três elementos: a aferição e análise da qualidade ambiental da área de estudo, diagnosticando a situação existente, efetua prognóstico do comportamento de variáveis am-

bientais face às atividades indutoras de transformações e, finalmente, mensura e analisa os desvios entre esses prognósticos, através da aferição de indicadores ambientais.

E é exatamente desses aspectos da problemática da avaliação ambiental que tratam os vários capítulos do livro. O doutor Helita Barreira Custódio, da Sociedade Brasileira de Direito Ambiental (SP), analisa a legislação brasileira sobre impacto ambiental, apresentando importante conjunto de recomendações, como a criação da Comissão Multidisciplinar de Controle dos Estudos de Impacto Ambiental.

O professor Alaor Café Alves discute, entre outros aspectos, a ilegalidade, a inconstitucionalidade e a desnecessariedade de exigir independência da equipe técnica multidisciplinar habilitada em face do proponente do projeto, com vistas a assegurar a neutralidade dos Estudos Prévios de Impacto Ambiental (EPIA/RIMA). O doutor Ivan Carlos Maglio, discute os problemas verificados na aplicação do EPIA/RIMA em São Paulo.

O professor Antonio Christofolletti estuda os condicionantes geomorfológicos e hidrológicos aos programas de desenvolvimento. O trabalho do professor Felisberto Cavalheiro é uma excelente síntese das alterações ambientais em áreas urbanas, discutindo inclusive o papel dos parques urbanos na distribuição de insetos. O livro também apresenta uma relação bibliográfica muito útil e atualizada. Enfim, um livro precioso, que será de grande importância a todos que desejarem se iniciar na análise ambiental.

Luiz Roberto Tommasi é diretor do Instituto Oceanográfico da USP.

Uma história radical

História da Informática, de Philippe Breton. Editora UNESP; Tradução de Elcio Fernandes; 260 páginas, Cr\$ 16.900.

Maurício C. Delamaro

Um equipamento informático não é uma ferramenta como o é um martelo. A diferença não é só técnica, mas civilizacional. A informática tem a dimensão de uma *invenção radical*. Sua radicalidade reside em que ela transforma fundamentalmente não só o exterior, mas o interior do homem. Altera a percepção espaço-temporal de sua existência e a idéia que faz de si mesmo. A informática nasce da cultura ocidental, mas sua difusão retroage sobre esta cultura. É dentro desta perspectiva que o livro de Philippe Breton ganha importância, pois tematiza a informática, seu surgimento e evolução, como fato de cultura.

O autor acompanha o desenvolvimento técnico dos equipamentos, propondo sua divisão em etapas. Essa divisão, distinta da consagrada periodização por "gerações informáticas", apresenta vantagens para uma melhor visualização dos impactos sociais, econômicos e políticos das novas tecnologias.

Destaque para o fato de o livro esclarecer a noção peculiar de comunicação inerente ao surgimento e desenvolvimento da informática. A nova definição de comunicação, de cunho puramente operacional, tem profundos impactos culturais, especialmente sobre a linguagem. Breton não desenvolve em profundidade o tema, mas deixa-o indicado.

Um longo capítulo mostra que a informática não teve "geração espontânea" nem é fruto das "livres forças do mercado", como gostaríamos de sustentar os fanáticos das doutrinas neo-liberais. Ela é filha da Segunda Guerra, da Guerra Fria e dos "mercados

fechados" gerados a partir daí. Um dos pontos altos do livro é a apresentação de dados biográficos de alguns dos grandes inventores e informacionistas. É muito interessante percebermos alguns de seus anseios, sonhos, receios e utopias.

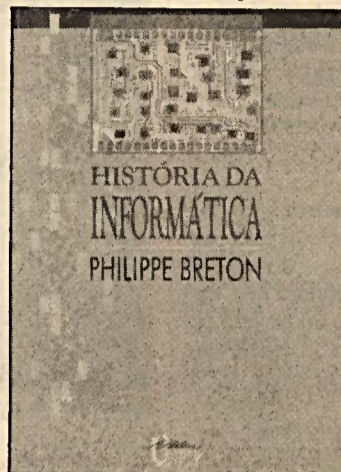
Algumas deficiências da obra merecem ser apontadas. Uma delas é a presença, no

capítulo "Raízes da Informática", de um certo "ranço progressista" na comparação da mentalidade do homem do século XX com a do homem pré-industrial. O homem do passado parece ser visto pelo autor como um Eu ainda não desenvolvido. Assim, Breton vê os oráculos como os autômatos e seres artificiais da época clássica, os quais seriam simplesmente antecipações daquilo que se tornaria realidade em nossos dias: o automatismo

moderno e a informática. A alma de Platão ficou roxa... Outra deficiência são as passagens ou títulos que dão a impressão de esgotar o assunto, mas que na verdade apenas tocam sua superfície: o capítulo "As implicações sociais e éticas das novas máquinas", por exemplo, deveria ter o "as" trocado por "algumas".

No entanto, o balanço geral é bastante positivo. Esse é um livro importante para quem percebe que entre a Ferramenta e a Pessoa sempre se faz presente uma relação de poder e como nas palavras de Ivan Illich, "... na medida em que eu domino a ferramenta, eu preencho o mundo com sentido, na medida em que a ferramenta me domina, ela me molda sua estrutura e me impõe uma idéia de mim mesmo".

Maurício C. Delamaro é professor assistente do Departamento de Produção do Câmpus da UNESP de Guaratinguetá.

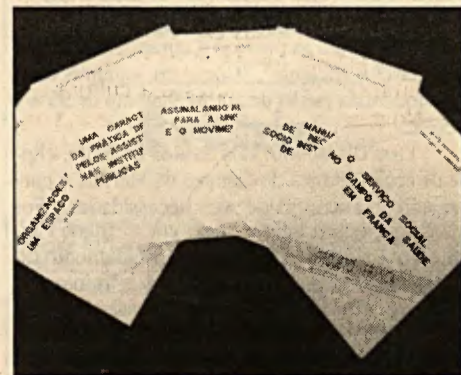


Projeto põe Franca em questão

Organizações de bairro: um espaço da cidadania (o caso de Franca), de Maria das Graças Gouvêa; **Uma caracterização da prática desenvolvida pelos assistentes sociais nas instituições públicas de Franca**, de Lilia Christina de Oliveira Martins; **Assinalando alternativas para a Universidade e o movimento popular**, de José Walter Canôas; **O Serviço Social no campo da saúde em Franca**, de Alice Marques e Seetuko de Andrade; **Manual de recursos sócio-institucionais**, de Maria Ester Braga Faria (coordenadora). Publicações editadas em 1991 através do Projeto Franca; FHDSS/Prefeitura Municipal.

A série Projeto Franca reúne obras de docentes da UNESP que se voltam para a compreensão da realidade de Franca. Editados pela Faculdade de História, Direito e

Serviço Social e pela administração municipal, os trabalhos estudam e propõem soluções para aspectos da realidade da sociedade local, a partir de diferentes enfoques. Atualmente, três outros títulos estão em fase de edição.



Como proteger a camada de ozônio

A universidade deve ajudar na substituição de substâncias como os CFCs

Emanuel Rocha Woiski

Há cerca de 60 anos, o químico norte-americano Thomas Midgley apresentou ao mundo sua extraordinária invenção. Utilizando-se das substâncias mais explosivas e corrosivas conhecidas do homem — cloro, flúor e hidrogênio — e associando-as com metano e etano, ele conseguiu criar novos produtos, denominados clorofluorocarbonos (CFCs) e hidroclorofluorocarbonos (HCFCs). Esses produtos eram baratos, pouco tóxicos, não inflamáveis, quimicamente estáveis e de propriedades termodinâmicas apropriadas. Por isso, podiam gerar excelentes refrigerantes, isto é, substâncias usadas para refrigeração, em produtos como geladeiras e sistemas de ar condicionado. Eram também muito adequadas para propelentes de sprays e solventes para limpeza. As novas substâncias tornaram possível o desenvolvimento de uma tecnologia que durante muitos anos foi considerada segura e de baixo custo. Só nos Estados Unidos são produzidos anualmente cerca de oito milhões de refrigeradores e freezers, que consomem oito milhões de kg do CFC R-11 para expandir espumas empregadas em isolamento térmico e dois milhões de kg do mesmo CFC R-11 para refrigeração.

Ironicamente, duas características dos CFCs, ou seja, o cloro que eles contêm e a sua estabilidade química, condenaram-nos ao eventual banimento. Por suas propriedades, essas substâncias têm um efeito destrutivo quando atingem a camada de ozônio na estratosfera, com as conseqüências já conhecidas do aumento da incidência dos raios



ultravioleta-B sobre a Terra. O protocolo de Montreal, de 1989, com a revisão ocorrida em Londres em 1990, preconiza o abandono total de CFCs como o R-11 e o R-12, até o ano 2000, e estabelece o uso provisório até 2040 de HCFCs como o R-22, utilizado em ar condicionado de parede. Signatário do protocolo, o Brasil consome cerca de 70 gramas/ano per capita dessas substâncias. Como os demais países com baixo consumo (menos de 300 gramas/ano) recebeu

mais dez anos de prazo para aplicar as medidas.

A implantação dessas decisões deverá ser realizada gradualmente, coibindo-se o desperdício, reduzindo-se a produção e substituindo-se os CFCs e HCFCs por substâncias mais seguras para a camada de ozônio. Evidentemente, uma vez que a tecnologia de refrigeração e bombas térmicas desempenha um papel fundamental na sociedade atual, restrições ao seu uso repre-

sentarão um impacto significativo no bem-estar da humanidade. Esses aspectos se tornam mais críticos nos casos de países em desenvolvimento. Da mesma forma, deve-se realizar um balanço global das medidas a serem tomadas, pois não tem sentido a utilização de sistemas que não destruam a camada de ozônio, mas que tenham consumo de energia global mais elevado, dando maior contribuição ao chamado efeito estufa.

Enfim, a situação é grave e entre as medidas que devem ser tomadas a curto prazo estão o controle rigoroso do uso dos refrigerantes perigosos e sua substituição por substâncias "temporárias", cujas propriedades sejam pesquisadas em laboratório. A médio prazo, precisam ser cumpridas providências como o desenvolvimento de sistemas com o mínimo possível de refrigerantes, além do maior emprego de bombas e compressores herméticos e de conexões mais ajustadas, à prova de vazamento. As decisões a longo prazo envolvem questões como a utilização dos substitutos para os refrigerantes e o melhoramento dos processos já existentes.

A universidade tem o dever de reclamar um papel ativo e responsável em todas as medidas a curto, médio e longo prazos, aqui mencionadas, aproveitando uma oportunidade valiosa de colaborar na manutenção da vida e resgatar sua função social. Para isso, é necessário, inicialmente, que os currículos adotem uma nova postura ecológica e humanista, que permeie todo seu conteúdo.

Emanuel Rocha Woiski é professor do Departamento de Engenharia Mecânica da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira.

Semana de Arte Moderna, 70 anos

Até que ponto as propostas modernistas continuam válidas para o Brasil?

Percival Tirapelli

A Semana de Arte Moderna, ocorrida em 13 de fevereiro de 1922, teve como palco de suas turbulentas propostas de ruptura com o passado o Teatro Municipal de São Paulo. Artistas de diversas expressões encabeçaram os manifestos de construção de novas diretrizes para as artes e a cultura.

No mundo, a Europa se recuperava da I Guerra Mundial. No Brasil, uma oligarquia decadente insistia em manter a economia atrelada à monocultura do café. O País, principalmente o Rio de Janeiro e São Paulo, já se industrializava. Os problemas sindicais e sociais eram resolvidos com a polícia e as tensões desde 1917 ampliavam-se. No Exército, o descontentamento transformava-se em revoltas no Rio de Janeiro (22) e São

Paulo (24).

Em meio a tantas revoluções, a artística veio nos colocar dentro do espírito de modernidade que ativava Paris e Nova Iorque. A poesia e a prosa fizeram suas reformas com Menotti Del Picchia (Movimento Verde e Amarelo), Oswald de Andrade (Paul-Brasil e Antropofagismo), Mário de Andrade (autor de *Macunaíma*, 1927) e outros como Cassiano Ricardo, Guilherme de Almeida, Manuel Bandeira, Luís Aranha e Ronald de Carvalho. Estes heróis lutaram contra o burguês e seus hábitos e sua arte bem-comportada, com rimas e palavras preciosas.

Nas artes plásticas, os representantes foram Anita Malfatti, que se formou na Alemanha e Estados Unidos na escola expressionista, Tarsila do Amaral, de formação cubista, e Di Cavalcanti, de forte expressão nacional, influenciado por Picasso. Na escultura, Victor Brecheret, de formação fran-

cesa na escola internacional do art-decô. A arquitetura fará sua revolução no final da década, com o arquiteto russo Gregori Warchavchik, imigrante que inovou o sistema de construção com concreto. A música teve seu representante em Villa-Lobos, que se aprofundou em temas nacionalistas.

Que queriam esses artistas? Sabia-se que a cultura nacional era baseada principalmente nas manifestações artísticas francesas e italianas, éramos colonizados. Com os manifestos da Semana de 22, os modernistas romperam de vez com o academicismo que vinha do Império e louvaram a vida urbana. Hoje ainda ouvimos, exatos 70 anos depois, os mesmos problemas serem debatidos por empresários e políticos. Nas artes, ganhamos terreno e o antropofagismo cultural foi importante: digerimos tudo e construímos uma expressão nacional própria.

Hoje, quando se vive a pós-modernidade, os ideais modernistas não fi-

caram tão desatualizados. O problema da nacionalização foi deturpado em outras nações e se transformou em nazismo ou fascismo, mas a Nação não se fortaleceu: vive dias difíceis com a internacionalização das relações com os países mais ricos. Na década de 50, tinha-se a sensação de que a modernidade triunfara em todos os campos. Nas artes, foram os anos mais profícuos: bossa-nova, concretismo, construção de Brasília, Cinema Novo. Estivemos em ordem com o mundo e exportamos cultura. Agora, a pós-modernidade evoca uma cultura informatizada, que não somos, e um ecletismo de manifestações das quais não podemos compartilhar por falta de experimento e vivência. Começa novo colonialismo. É uma questão dos tempos.

Percival Tirapelli é professor da Departamento de Artes do Instituto de Artes.

Eles também foram calouros

Este ano, 4.196 calouros ingressam na UNESP, trazendo sonhos e dúvidas sobre o que é a vida do estudante na universidade. A expectativa se justifica. Afinal, normalmente esse é um período cheio de mudanças e descobertas para o jovem. Nesta reportagem, quatro alunos de diferentes áreas e unidades da UNESP contam um pouco do dia-a-dia nos câmpus. Entre outras coisas, eles falam da experiência de se morar numa república ou na moradia estudantil, das dificuldades encontradas nos estágios e das esperanças e surpresas em relação aos cursos que escolheram.

Piano, canto e muito mais

O fato de estar de férias nunca impediu a aluna Andréa Aparecida Ferreira, 22 anos, de ir praticamente todos os dias ao Instituto de Artes (IA), situado no bairro do Ipiranga, na capital. "Estudante de música não tem férias", sentenciou Andréa, que é quartanista de Piano e ingressou neste ano no curso de Canto, o que vai fazê-la passar ainda mais tempo no Instituto. Além disso, o exame final de Piano, que acontecerá no segundo semestre e consiste em uma hora de audição, a obriga a estar sempre treinando em um dos pianos da faculdade. "O pianista não pode ficar sem tocar, senão perde a técnica", explica. Estas, porém, não são as únicas atividades de Andréa. "O aluno tem de ter muita curiosidade para complementar a sua formação."

Se depender de curiosidade, Andréa vai longe. Bolsista de Iniciação Científica em um projeto de restauração de partituras do período barroco, na qual é orientada pelo maestro Régis Duprat, ela ainda auxilia o professor Victor Gabriel em um trabalho sobre história da crítica musical brasileira. "Estas pesquisas aumentam meus conhecimentos e já me preparam para a pós-graduação", acredita.

A diversidade de disciplinas com que entrou em contato na Universidade, principalmente as teóricas e de história da música, abriu os horizontes da aluna e influenciou para que ela desistisse de ser concertista, projeto que tinha desde criança. "Com tanta coisa para conhecer, não dá para ficar *bitolada* tocando dez horas por dia", opina.



Como se não bastassem todas estas atividades, Andréa ainda faz parte do coral de música erudita do IA, *Tempo Ad Libitum*, e trabalha como pianista no coro da Transbrasil. "Quando a gente faz o que gosta, sempre arruma tempo para tudo", garante a aluna.

A conquista da liberdade

Para Roberto Eduardo Lamari, 21 anos, deixar a casa dos pais e mudar-se para Franca, a 400 quilômetros de São Paulo, não foi nada traumatizante. Agora no segundo ano de Direito, Roberto conta que somente o comecinho foi difícil, mas rapidamente percebeu que sair de casa é uma ótima experiência. "Quando cheguei na cidade foi estranho. Fui parar numa pensão onde disputava o espaço com coelhos e galinhas", lembra. Logo o estudante encontrou colegas calouros e montou uma república onde permanece até hoje. "A liberdade é uma coisa ótima de se conquistar", filosofa. Ele mora atualmente numa república conhecida como *Taverna 7* — por morarem lá sete alunos de Direito —, com o privilégio de um pé de jabuticaba e churrasqueira no quintal. "Aqui não tem jeito de a gente ficar triste. Sempre tem alguém para animar", conta, acrescentando que praticamente todos os dias os estudantes fazem festas e reuniões.

O aluno dá uma lista de atrativos sobre morar e estudar no interior, mas o convívio com os professores é para ele uma das principais vantagens. "Muitas vezes, coisas que não conseguimos entender nas aulas são explicadas no barzinho, na praça", lembra. Ele elogia também a ajuda dada aos alunos pelos docentes, que muitas vezes são fiadores para os aluguéis de casas, e a facilidade para fazer reclamações e reivindicar melhorias junto à Diretoria da FHDSS. "Nem sempre podemos ser atendidos, mas a comunicação é aberta", completa.

Roberto foi eleito presidente do Diretório Acadêmico XXI de Setembro no ano passado e pretende fazer voltar com força total as *domin-*



queiras, bailes que acontecem no prédio da faculdade e cuja renda reverte para o diretório. "Temos de fazer promoções, pois a crise econômica fez o movimento cair e atualmente não se pode contar com verbas da Universidade", ressalta.

Experiência na moradia

Como é passar não só o dia inteiro na Universidade, mas a noite também? Para Antônio Carlos Martins Filho, 20 anos, do 4º ano de Engenharia Cartográfica de Presidente Prudente, a experiência na moradia estudantil é "ótima para crescer". O aluno, de Pirapozinho, a 20 quilômetros da cidade, diz que é muito enriquecedor o convívio com pessoas diferentes umas das outras, vindas de vários pontos do Estado e do país. "Aqui aprendemos a ter noção do próprio espaço e a respeitar o dos outros", comenta Antônio Carlos.

O fato de ter mais tempo disponível dentro da faculdade para ele é positivo. "Os alunos da moradia têm acesso facilitado a serviços como a biblioteca e para praticar esportes", assinala. Ele conta que mora com mais sete colegas no apartamento, que é padronizado e tem quatro quartos, dois banheiros, sala e cozinha equipa-

da com fogão e geladeira. A divisão de tarefas como limpar e cozinhar, segundo ele, funciona com muito diálogo, para respeitar as possibilidades de cada um. Além disso, há duas reuniões mensais entre todos os moradores para resolver os problemas gerais. Mas não só de obrigações é feita a moradia. "Sempre *rolam* festas e tem muito violão", avisa.

Antônio Carlos participa como estagiário de um programa de ajustamento de informações em cartografia, para o qual possui uma bolsa da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap). "O dinheiro dá para me manter, pois não tenho grandes despesas", explica. Ele vê com otimismo o futuro da carreira de engenheiro cartográfico. "Os estudos de planos diretores dos municípios, para fins de arrecadação de impostos, vão abrir cada vez mais espaço para a nossa área", prevê.

Estrela na Medicina



Foto: A. Ilana Zettrauslas

Antes de ingressar na Faculdade de Medicina de Botucatu, a aluna Estrela Dalva Baptista Soares, 23 anos, achava que logo no primeiro ano já iria poder diagnosticar doenças e aplicar injeções. Mas somente agora, que ela está no quinto ano e começou a atender pacientes sob supervisão, é que ficou claro por que estudar tanta teoria antes de partir para a prática. "Começa a fazer sentido tudo o que foi ensinado", surpreende-se Estrela, que, neste ano, passa pelo menos um mês em cada uma das áreas clínicas do hospital. O contato com os pacientes, um sonho antigo, entusiasma a aluna, mas também a assusta pelo nível de carência da população. "Nem sempre o paciente pode seguir o tratamento indicado, pois às vezes não tem dinheiro nem para comprar os remédios", lamenta.

O ritmo do quintanista de Medicina é bem puxado. Os alunos ficam de manhã à noite nas enfermarias e ambulatórios, fazem plantões — cerca de três por mês — e ainda têm algumas aulas teóricas. Além disso, Estrela faz um está-

gio na área de saúde pública, onde ajuda a traçar um perfil das epidemias mais frequentes em um centro de saúde da cidade. Este trabalho, para o qual ela ainda tenta conseguir uma bolsa, lhe toma cerca de quatro horas por semana. "O tempo é escasso, mas a formação que temos aqui vale a pena", enfatiza.

Estrela, que é da capital e mora numa república com mais duas colegas, diz que este ano vai passar menos finais de semana na casa da mãe. Entretanto, ela gosta da vida no interior e pretende, inclusive, permanecer em Botucatu depois de formada. A única coisa que ela está achando ruim é que os colegas da sua turma estão menos unidos que nos anos anteriores. "A falta de tempo dispersa todo mundo", explica. Para manter um vínculo maior com a vida acadêmica, Estrela ainda participa do CAMED — Centro Acadêmico da Medicina. "Todos falam que o movimento estudantil está esvaziado, mas nós mesmos é que temos de melhorá-lo", acredita.